

Mariana Dias Trindade Andrade Caramelo

Impacto da crise nas IPSS do Distrito de Coimbra

Relatório de Estágio em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra/2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariana Dias Trindade Andrade Caramelo

Impacto da crise nas IPSS do Distrito de Coimbra

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao meu pai

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao meu orientador Professor Doutor Pedro Hespanha por todo o apoio, incentivo e disponibilidade demonstrados durante a realização deste Relatório de Estágio.

O meu agradecimento à minha orientadora de estágio, Dr.^a Eva Bizarro por toda a confiança depositada em mim durante todo o período de estágio, sem a qual não seria possível a conclusão deste relatório de estágio e por todos os conhecimentos profissionais transmitidos. Agradeço ainda à equipa do Núcleo de Respostas Sociais do Centro Distrital de Coimbra pela forma como me recebeu e por todo o apoio que me deu no cumprimento dos objetivos do meu estágio.

Agradeço também ao Diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Professor Doutor José Reis e aos Coordenadores do Mestrado de Sociologia por todo o empenho que demonstraram em resolver os obstáculos que me estavam a ser impostos na realização deste trabalho.

Agradeço também às minhas amigas de sempre, Soraia Correia, Ana Andrade e Fátima Silva que me acompanharam durante todo o meu percurso académico, mas dedico um especial obrigada à minha amiga Ana Andrade por me ter acompanhado e apoiado durante este longo percurso cheio de obstáculos e por juntas os termos conseguido ultrapassar.

Por último agradeço a um dos grandes pilares da minha vida, a minha mãe por me ter apoiado durante a realização do relatório de estágio e nunca me ter deixado desistir mesmo nos momentos em que os obstáculos pareciam ser inultrapassáveis, incentivando-me e acreditando sempre em mim.

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas.....	v
Lista de Siglas	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Introdução	I
1. Enquadramento Teórico.....	4
1.1. Uma breve descrição sobre o nosso Estado-Providência	4
1.2. Políticas Sociais em Portugal	5
1.2.1. Políticas Sociais de apoio à 3ª Idade.....	5
1.2.2. Políticas Sociais de apoio às crianças – A Criança institucionalizada...	8
1.3. As crianças, os idosos e a pobreza.....	13
1.4. Uma breve história sobre as formas assistenciais em Portugal.....	14
1.5. A relação das IPSS com o Estado.....	16
1.6. As IPSS num contexto de crise económica.....	20
2. Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	25
2.1. Uma breve história da Segurança Social.....	25
2.2. Caracterização do Instituto de Segurança Social	25
2.2. Tarefas realizadas durante o Estágio	29
3. Metodologia.....	31
4. Análise dos Resultados.....	32
4.1. Uma breve descrição dos concelhos de Coimbra.....	32
4.2. A evolução da oferta nos últimos quatro anos no distrito de Coimbra	34
4.3. Análise Estatística da Frequência das IPSS (Procura)	35
4.4. Análise dos dados dos inquéritos	42
4.5. Comparação entre os dados obtidos nos inquéritos e os da Base de Dados da Segurança Social	55
Conclusão	57
Referências bibliográficas	59
Anexos.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1 – População residente por grupo etário nos concelhos do Distrito de Coimbra	33
Tabela 2 – N° de creches do Distrito de Coimbra por ano (2009 a 2012)	34
Tabela 3 – N° de lares de idosos do Distrito de Coimbra por ano (2009 a 2012)..	34
Tabela 4 – Utentes não abrangidos pelo o acordo em creche no Distrito de Coimbra	38
Tabela 5 – Utentes não abrangidos pelo o acordo em lar de idosos no Distrito de Coimbra.....	40
Tabela 6 – N° de inquiridos por sexo	43
Tabela 7 – Idade dos inquiridos	43
Tabela 8 – Grau de instrução dos inquiridos	44
Tabela 9 – Função desempenhada pelos os inquiridos no local de trabalho (IPSS)..	45
Tabela 10 – Nível hierárquico que ocupa na instituição	45
Tabela 11 – Vínculo contratual que os une à instituição	46
Tabela 12 – Tipo de resposta social por IPSS	47
Tabela 13 – Evolução das frequências em Estrutura Residencial para Idosos.....	48
Tabela 14 – Evolução das frequências em Centro de Dia.....	48
Tabela 15 – Evolução das frequências em Centro de Noite	49
Tabela 16 – Evolução das frequências em Apoio Domiciliário	49
Tabela 17 – Evolução das frequências em Creche	50
Tabela 18 – Evolução das frequências em Pré-Escolar.....	51
Tabela 19 – Evolução das frequências em CATL.....	51
Tabela 20 – Resposta Social por idoso e criança.....	52

Lista de Siglas

IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social
PCHI	Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
RN	Rendimento Nacional

Resumo

O presente relatório resulta de um estágio de quatro meses no Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, que tinha como principal objetivo verificar os efeitos que a crise está a ter ao nível das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) do distrito de Coimbra, centrando a minha análise nas respostas sociais Creche e Estrutura Residencial para Idosos, de forma a saber se houve alterações significativas na procura e na oferta dessas respostas, nos últimos quatro anos. Para analisar os comportamentos da procura por parte dos utentes utilizei a informação da base de dados da segurança social, onde constava o número de inscritos nos anos sobre a qual incidia a minha análise, tendo posteriormente transformado estes dados em índices, de forma a não haver uma identificação de qualquer uma das IPSS. Também verifiquei a evolução do número de equipamentos nos últimos quatro anos, através de dados que me foram disponibilizados a partir da Carta Social.

Desta forma foi possível caracterizar o comportamento das frequências das IPSS nos últimos quatro anos e verificar se o comportamento da oferta acompanhou o da procura.

A par do trabalho de investigação o estágio incluiu ainda a minha participação em várias atividades do núcleo de Respostas Sociais, tais como o arquivamento de documentação relativa às IPSS, preenchimento de fichas de visita e revisão dos acordos do pré-escolar.

Palavras-Chave: Crise, políticas sociais, IPSS, Creche, Estrutura Residencial para Idosos

Abstract

This report results from a four-month internship at the Centro Distrital de Coimbra, which had as its main goal to verify the effects the crisis is having in terms of IPSS (Private Institutions of Social Solidarity) in the district of Coimbra, focusing my analysis in social responses Nursery and Residential Structure for Senior Citizens in order to know if there were significant changes in the demand and supply of these responses, in the last four years. To analyze the behaviour of the demand of the users I used the information from the database of social security, which included the number of students enrolled over the years which focused my analysis and subsequently transformed these data rates, not having any identification of the IPSS. I also checked the evolution of the number of devices in the last four years, using data from the Social Charter that was available for me.

This made it possible to characterize the behaviour of the frequencies of the IPSS in the last four years to see if the behaviour of the offer accompanied the demand.

Alongside the work of the research stage it also included my participation in various activities of the core Social Responses, such as the filing of documents related to IPSS, visitor fill outs and reviewing preschool agreements.

Key words: Crisis, Social Policies, Nursery, Residential Structure for Senior Citizens

Introdução

O presente relatório resulta de um estágio realizado no Centro Distrital de Coimbra, realizado mais especificamente na Unidade de Desenvolvimento Social e Programas, no Núcleo de Respostas Sociais. Este estágio decorreu de 13 de Novembro de 2012 a 14 de Março de 2013, sob a orientação local da Diretora do Núcleo onde estava inserida. Este estágio tinha uma parte mais prática de participação e aprendizagem das atividades desenvolvidas no Núcleo e uma parte de estudo. O estágio tinha assim como principais objetivos gerais: complementar a formação académica através do contacto com a vida profissional no serviço e preparar-me para o mercado de trabalho; desenvolver as competências e conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica; aprofundar conhecimentos e competências teórico-práticas adquiridas ao longo do percurso académico; desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa com outros técnicos de diversas formações profissionais; preparar-me para o mercado de trabalho de forma a aumentar a minha empregabilidade e, por último, como objectivo específico: entender o modo como o serviço adequa as suas respostas aos novos contextos de intervenção, tomando como exemplo os impactos da crise na oferta e na procura de respostas sociais pelo serviço onde se realiza o estágio.

Tendo a possibilidade de me integrar neste núcleo, foi acordado com o meu orientador Professor Doutor Pedro Hespanha que eu fizesse um estudo sobre o impacto da crise nas IPSS, uma vez que é algo que ainda não está explorado e seria assim um estudo inovador. Optei por fazer este estudo, uma vez que se trata de um assunto pertinente, por estar pouco explorado e por ser um assunto que se encontra na ordem do dia. Pretendia, assim analisar o impacto da crise e das políticas de austeridade na procura e na oferta de serviços sociais. Para o efeito, fixei a minha análise no Núcleo de Respostas Sociais, com um enfoque especial na área da cooperação, pelo facto de serem as instituições de solidariedade (Misericórdias, IPSS, etc.) com acordos de cooperação com o CDSS (Centro Distrital de Segurança Social) que hoje em dia concentram a produção de serviços sociais no Distrito.

Assim vou tentar perceber se com a aplicação do memorando de entendimento com a troika em Portugal houve alterações na oferta e na procura de equipamentos sociais em todo o distrito de Coimbra.

A minha análise centra-se nas instituições que têm acordos de cooperação com a Segurança Social de forma a perceber o sentido da variação da procura e da oferta dos serviços, tendo em conta que pode haver dois tipos de consequências da crise sobre a procura: 1) o aumento da procura, relacionada com a deslocação da procura de instituições privadas para as instituições do sector não lucrativo sempre que estas sejam menos dispendiosas ou 2) a diminuição da procura relacionada com a retirada dos utentes das instituições do sector não lucrativo, sempre que as famílias tenham tido reduções do seu rendimento que lhes não permitam pagar as mensalidades. Para isso necessitaria de ter acesso a informação sobre a variação do número de pessoas servidas pelas instituições com acordos de cooperação para ter uma visão de conjunto do fenómeno e, a partir daí, realizar inquéritos às mesmas para perceber com mais pormenor esta realidade, de forma a conseguir as possíveis variações que possam existir percebendo os motivos que podem estar na sua origem e as estratégias que estas podem adotar para fazer face a esta nova realidade.

Dado o elevado número de respostas sociais existentes no distrito tive de limitar a minha análise apenas às Estruturas Residenciais para Idosos e às Creches. Optei por analisar estas respostas sociais, uma vez que são representativas de grupos sociais muito distintos - a primeira diz respeito aos idosos e a segunda às crianças -, de forma a perceber quais as respostas sociais que a crise está a afetar de forma mais severa. Optei posteriormente, por fazer uma análise comparativa entre utentes abrangidos pelo o acordo (comparticipados pela segurança social) e aqueles que não são abrangidos pelo o acordo, que não tem qualquer tipo de participação da segurança social, para verificar em qual destes grupos há uma maior alteração dos valores da frequência devido à crise.

O Relatório de Estágio começa numa primeira fase por fazer uma abordagem das principais características do nosso Estado-Providência, o modelo sul-europeu, que nos apresenta características muito específicas, posteriormente faço uma abordagem às políticas de apoio aos idosos e às crianças, para tentar perceber melhor esta problemática. Numa segunda parte abordo as primeiras formas assistenciais que posteriormente deram origem às IPSS atuais e a sua crescente importância na Sociedade Portuguesa, principalmente no atual período da crise, no qual fazem o trabalho, que muitas vezes o próprio Estado não tem capacidade de fazer e de dar

resposta a todas as dificuldades, mas nunca esquecendo as relações que estas estabelecem com o Estado, que na maioria dos casos é de grande dependência de financiamento do mesmo, não tendo formas de sobreviver autonomamente. Numa terceira parte aborda os crescentes problemas que as IPSS vão enfrentando neste atual contexto de crise, alegadamente o facto de não estarem recebendo qualquer tipo de apoio adicional por parte do Estado, o que está a deixá-las asfixiadas financeiramente na sua grande maioria. Na quarta e na última parte do Relatório passo à parte mais prática, começando por referir a metodologia que adotei para chegar aqueles resultados e finalizando com uma análise dos dados recolhidos no período de estágio, a partir da base de dados da segurança social, e transformados em tabelas de frequências dos utentes abrangidos e não abrangidos por acordos entre 2009 e 2012, de forma a perceber as alterações havidas a partir da crise. Na última parte do trabalho faço a análise das respostas aos inquéritos feitos às IPSS de forma a perceber quais os motivos que estão na origem das alterações no número de inscritos e quais as estratégias que elas adotam para fazer face à crise.

I. Enquadramento Teórico

I.1. Uma breve descrição sobre o nosso Estado-Providência

Começando, assim, o meu enquadramento teórico, por fazer uma breve caracterização do Estado-Providência português de forma a conhecer em que contexto as políticas sociais se desenvolvem de maneira a perceber melhor os problemas que estas podem enfrentar e o tipo de políticas que existem para os idosos e crianças no nosso país.

Existindo vários modelos de Estado-Social importa começar por caracterizar as suas diferenças e distinguir as especificidades do modelo português. Deve-se a Esping-Andersen (1990) a tipologia que vou usar de seguida e a Maurizio Ferrera (1976) os elementos caracterizadores do modelo sul-europeu. O primeiro a que me vou referir diz respeito ao anglo-saxónico que se caracteriza por um apoio concentrado na população economicamente carenciada através de programas assistenciais e com um elevado risco de estigmatização dos assistidos. O modelo continental, característico de países como a Alemanha e França e com uma cobertura mais alargada do que o anterior, baseia-se no seguro obrigatório que permite a criação de fundos financeiros formados pelas contribuições de trabalhadores destinados a suportar os encargos com um vasto leque de riscos sociais. O modelo escandinavo, característico de modelos nórdicos, onde o Estado assume um papel muito importante na produção de bens e serviços de proteção social de carácter universal que são financiados por impostos. Ora o nosso modelo não se identifica perfeitamente com nenhuma destas características, e por isso alguns autores falam num quarto modelo com características muito específicas, o sul-europeu, no qual Portugal está incluído. O modelo sul-europeu apresenta como principais características: a) uma manutenção de rendimentos através de um sistema de proteção dualista, em que alguns cidadãos são hiperprotegidos e uma vasta massa de cidadãos fica subprotegida, num quadro de profunda fragmentação institucional, existindo algumas áreas sobre as quais não recaem grandes apoios tais como a habitação e a família; b) o princípio da universalidade existe apenas para alguns setores, como é o caso da saúde que, no caso português, se apresenta sob a forma de Serviço Nacional de Saúde; c) não há uma fronteira bem definida entre instituições públicas e privadas em diversas áreas do social; e d) fraqueza do Estado que não desenvolveu um sistema avançado de proteção social como outros países e se deixa influenciar pelos interesses privados nas opções de política social (Ferrera *apud* Mucha,

2002). Assim para Ferrera estes Estados-Sociais caracterizam-se por uma austeridade permanente, num estado de subdesenvolvimento institucional e financeiro sobrecarregado por desequilíbrios internos, tanto de carácter categórico, como territorial.

Assim, as peculiaridades do nosso Estado-Social têm influência na construção das políticas sociais, que se podem definir por se prenderem com um suporte de natureza material e financeira, prestado pelo Estado em áreas prioritárias como a educação, o emprego, a saúde, a assistência social. Estas devem garantir as condições fundamentais para que todos os indivíduos possam gozar de um certo bem-estar, de segurança, de conforto e qualidade de vida (Mucha, 2002). Devem ter como principal objetivo reduzir as desigualdades através de apoios em que o Estado está em condições de o prestar.

1.2. Políticas Sociais em Portugal

1.2.1 Políticas Sociais de Apoio à terceira idade

Depois de ter caracterizado os tipos de Estado Social que existem na Europa onde se desenvolvem as políticas sociais, pretendo assim que a minha análise recaia sobre as políticas que dão apoio à terceira idade. Estas podem definir-se como o conjunto de intervenções públicas ou ações coletivas, cujo objetivo consiste em estruturar de forma explícita ou implícita as relações entre a velhice e a sociedade (Martins, 2006). Segundo Anne Marie Guillemard podem considerar-se três dimensões principais nas políticas da velhice: as políticas de proteção social materializadas principalmente nas políticas e regimes de pensões, as políticas de cuidados sociais e as políticas sociais dirigidas especialmente aos trabalhadores idosos.

O envelhecimento da população é um processo crescente e irreversível e com ele vieram as preocupações com os mais velhos. Durante o regime fascista não havia uma preocupação com a criação de políticas para os mais idosos. Estas surgem com a Constituição de 1976, onde as políticas passam a ser universais e começa a promover-se a solidariedade entre gerações. Outro dos períodos de grande desenvolvimento destas políticas é na adesão e pré-adesão à CEE, em 1985 e posteriormente no período de 1995 a 2000 (Hespanha, 2012; Capucha, 2005). Atualmente o índice de envelhecimento em Portugal é de 128,6. (INE, 2012) O crescente envelhecimento

populacional fez com que as políticas tivessem que ser repensadas, uma vez que o aumento da esperança média de vida torna o idoso mais dependente e solitário, devido às alterações das dinâmicas familiares e ao cada vez menor número de pais que vivem com os seus filhos, sendo as famílias mais complexas, as esferas institucionais e as redes de sociabilidade crescentemente segmentadas e a participação da mulher no mercado de trabalho cada vez maior (Torres *apud* Capucha, 2005). Cada vez mais são necessárias respostas que sirvam as suas necessidades e não podemos ignorar que os laços familiares têm vindo a perder força, apesar de continuarem a serem importantes. O envelhecimento apresenta outros riscos associados para além dos enunciados anteriormente. O risco de pobreza e exclusão social é um deles tal como nos indica Luís Capucha (2005), para quem até há um risco designado de “risco de velhice”, que consome o maior volume de recursos. As políticas neste quadro foram obrigadas a desenvolverem-se, já que a procura também começou a ser maior e tornou-se imperativo que houvesse um alargamento das instituições que dão apoio aos idosos. Este trabalho, na maior parte das vezes, é feito pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que se podem definir por instituições sem fins lucrativos que têm como princípio orientador a solidariedade e devem ter como objectivo o benefício dos seus membros ou de terceiros (Martins, 2006; Fernandes, 2001; Martins, 2009). Importa observar que a designação IPSS apenas é atribuída àquelas instituições que tenham celebrado um acordo de cooperação com o Estado no sentido de cooperarem com este na realização das obrigações constitucionais em matéria de proteção social e de, assim, poderem ser compensadas pela ajuda financeira que o Estado lhes oferece em contrapartida.

A altura em que o Estado começou a tomar conta das funções sociais que antes pertenciam à família coincide com o aumento da esperança média de vida que hoje conhecemos, o que pode ter originado uma resposta insuficiente dos serviços à crescente procura. De forma a melhorar a qualidade dos serviços é necessário que o sistema de ação social comece a assentar em três pilares fundamentais tais como: assegurar a qualidade de toda a rede existente; expandir a rede de forma a responder a uma crescente procura; implementar procedimentos de clarificação da relação entre o Estado e os diferentes prestadores de serviços, assegurando que é dada prioridade na utilização de apoios públicos aos idosos mais pobres e diversificando as vias de

atribuição dos apoios, estimulando o financiamento direto da procura e aumentando a probabilidade de escolha por parte das pessoas (Capucha, 2005).

Embora as políticas se continuem a revelar insuficientes, houve nos últimos anos um esforço por parte do Estado, que passa muito pela institucionalização dos mais velhos, através da construção de equipamentos tais como lares de idosos, lares para cidadãos dependentes e centros de dia. Estas instituições têm uma crescente preocupação com a inserção dos idosos na sociedade, de forma a reduzir a exclusão que a institucionalização envolve. Retomando novamente a problemática da institucionalização podemos ver que há vários fatores que podem levar o idoso e a sua família a escolher esta opção para os seus últimos anos de vida tais como o isolamento e a inexistência de um sistema de interações com os seus familiares; falta de recursos económicos e habitacionais e situações de dependência (Martins, 2006). É de referir que existem alguns pontos positivos na institucionalização tais como: a interação social entre pares; as amizades são mais facilitadas e a profissionalização dos cuidados. Mas os pontos negativos ultrapassam em larga medida os pontos positivos tais como: abandono do seu espaço vivido e conhecido; integração num meio que lhe é limitativo; maior deterioração das suas capacidades físicas e mentais e a exclusão das pessoas institucionalizadas (Martins, 2006).

Nos últimos anos, o Estado tem tentado fazer face a todos estes pontos negativos suscitados pela institucionalização procurando que o destino dos idosos não passe apenas por esta, mas sim por adiá-la o mais possível, através da manutenção dos mesmos o maior tempo possível nas suas casas. Este esforço passa pela criação do apoio domiciliário, do acolhimento familiar, do Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (**PCHI**), colónias de férias e o turismo sénior (Martins, 2006).

Todas estas políticas suscitam grandes desafios, uma vez que há um crescente grau de dificuldade em dar resposta a esta problemática, já que as respostas não acompanham o acelerado processo de crescimento desta população e a panóplia de problemas que a acompanham. Para juntar a toda esta problemática com a crise cada vez são procuradas soluções a mais baixo custo, o que pode comprometer a qualidade dos próprios serviços. Cada vez mais é necessário olhar para as políticas com novas formas de intervenção (Fernandes, 2001). Deve, assim, haver vários fatores a ter em conta para melhorar a qualidade das políticas tais como as condições socioeconómicas do

idoso; as condições de habitabilidade e relações familiares; as condições de saúde; existência de solidariedade intergeracional e quais os serviços e benefícios sociais disponíveis e os seus impactos (Pereira, 2005). São assim vários os desafios que se colocam às políticas num futuro próximo, devendo-se assim garantir a solidariedade intergeracional, para responder às necessidades emergentes que acompanham o envelhecimento. Um dos desafios a ser resolvido passa por não fazerem das pessoas idosas uns indivíduos completamente dependentes e em apenas se valorizar as pessoas que ainda são ativas, o que faz com que se questionem as políticas sociais implementadas. (Capucha, 2000; Dias, 2005)

De forma a melhorar as condições de vida da população idosa é necessário promover a igualdade de oportunidades e garantir o direito a envelhecer com dignidade e segurança, promovendo assim um envelhecimento ativo. (Quaresma, 2008)

Podemos, assim, concluir que não há soluções ótimas e universais para os idosos e os desafios que se impõem a estas políticas estão a aumentar, já que estes são em maior número e o investimento com a crise económica é cada vez mais reduzido o que faz com que estas tenham que ser pensadas a longo prazo.

1.2.2 Políticas Sociais de Apoio a Infância – A criança Institucionalizada

Depois de me debruçar sobre as políticas sociais de apoio ao idoso, vou passar às políticas que dão apoio a um grupo social igualmente vulnerável, as crianças. Falando da época em que nos encontramos, não devemos ignorar as diferentes mudanças sociais que afetam todos os campos da sociedade incluindo as crianças, sendo estas cada vez objeto de uma reinstitucionalização da infância. A atualidade apresenta-nos como ideias fundadoras: a crença na razão, o sentido do progresso, a hegemonia dos valores ocidentais e a ideia do trabalho como base social. Temos vindo a assistir a uma alteração da forma como a criança é representada e uma alteração das suas condições de existência que pode estar relacionada com as alterações na estruturação dos espaço-tempo das vidas quotidianas, que se denotam na alteração da estrutura familiar, na escola, nos mass-media e no próprio espaço público. Esta nova modernidade acaba por alterar a ideia de uma “morte da infância” (período durante o qual a criança era tratado como um “pequeno adulto”, em que desde muito cedo iniciava a sua vida ativa e reprodutiva), pelo contrário a criança passa a ser um ator cada vez mais central no

quotidiano dos adultos, havendo uma diversificação dos modos de ser criança com um aumento do investimento nas mesmas, e que corresponde ao desempenho de novos papéis e estatutos sociais. A criança está, assim, em processo de mudança, mas mantém-se como uma categoria social com características próprias (Sarmiento, 2003).

Para perceber a nossa sociedade é preciso olhar para as crianças, porque estas são um elemento central na compreensão das mudanças estruturais contemporâneas. Porque o conhecimento acerca deste grupo social vai-nos permitir conhecer a nossa sociedade como um todo, nas suas contradições e complexidades. Mas, este conhecimento também é necessário para a construção de políticas que sejam capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e que as insiram numa cidadania ativa. Há uma crescente necessidade em compreender qual o lugar que é construído pela criança nas suas interações mútuas, na edificação dos seus mundos de vida e das suas culturas. Cada criança insere-se na sociedade não como um ser estranho e cada uma delas passa a transportar o peso que os adultos lhe imputam. A infância “é um lugar, um entre-lugar, socialmente construído, mas existencialmente renovado pela ação coletiva das crianças” (Sarmiento, 2003: 3). Para Sirota (2001) a infância define-se por uma “época em que o indivíduo, tanto do ponto de vista físico, quanto moral, não existe ainda, em que ele se faz, se desenvolve e se forma” (Sirota, 2001: 9).

Para percebermos melhor o papel da criança na sociedade contemporânea é necessário fazermos uma retrospectiva acerca do seu papel ao longo dos tempos. A infância não foi algo que existiu desde sempre, esta é uma ideia moderna, anteriormente as crianças eram tratadas como adultos precoces, uma vez que se iniciavam no mundo do trabalho muito cedo, participavam em guerras e iniciavam a sua vida reprodutiva precocemente. A infância sempre existiu em termos de categoria biológica, mas em termos de estatuto social nem sempre foi assim. Assim, a construção histórica da infância “foi o resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus quotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças” (Sarmiento, 2003:3). Esta começou a existir por um processo progressivo de separação das crianças do mundo dos adultos e das esferas sociais de influência, tais como o trabalho, o convívio social com adultos fora do círculo familiar, a participação na vida social e política (Sarmiento *et al*, 2007).

O maior veículo de institucionalização das crianças é a escola, principalmente quando esta se tornou de massas. A escola está, assim, associada à construção social da infância, uma vez que marcou a retirada das crianças do mundo do trabalho. Há, assim, uma “institucionalização educativa da infância”, passou a haver uma separação formal das crianças face aos adultos durante o dia, onde se passa um saber homogeneizado, a ética e uma disciplina mental e corporal (Foucault *apud* Sarmiento, 2003). Com a universalização da escola, esta passa a ser vista pelas classes populares como uma forma de mobilidade social ascendente para os seus filhos e uma opção para as famílias reordenarem as suas formas de controlo infantil. A escola permite às crianças desenvolverem um “ofício da criança”, que também está associado aos papéis sociais que lhe são imputados e como uma forma de haver uma ponte entre os papéis que devem ser desempenhados pela criança dentro da instituição e o seu papel enquanto ator social de forma a desempenhar melhor o papel de socialização (Sarmiento, 2003; Sirota, 2001). A escola também é vista por algumas correntes como uma forma de tornar a criança num ser feito, uma vez que esta surge ao educador como algo inacabado, para além de que pode ajudar a formar as crianças para a cidadania (Sirota, 2001; Sarmiento *et al*, 2007). A escola corresponde à institucionalização de processos de disciplinação da infância, que são inerentes à criação da ordem social dominante. Este veículo de institucionalização acaba por originar uma privatização da infância, com uma separação das crianças do espaço público, este é entendido como um dispositivo de proteção de crianças (Sarmiento *et al*, 2007).

É de destacar que a escola não acaba com as desigualdades, antes as acentua, uma vez que há várias infâncias dentro da própria infância, que estão inerentes à condição social, ao género, à etnia, ao local de nascimento e subgrupo etário a que cada criança pertence, o que pode originar choques culturais, devido ao facto de ser muito heterogénea. Assim, a sua missão de integração social passa a ficar fragilizada. Deste modo, a escola pode-se tornar um palco conflitual. Mas, temos que ter em atenção que a família também não é um ambiente aproblemático, como muitas vezes se afirma no senso comum, já que neste meio tanto se pode encontrar afeto, como maus-tratos, também se deve pensar a família como instituição, sendo algo construído e estruturado (Sarmiento, 2003; Sarmiento *et al*, 2007).

Cada vez o espaço da casa se torna mais do adulto, já que há uma saída das crianças para as múltiplas agências de ocupação e regulação do tempo, das quais são exemplo as ludotecas, CATL, atividades de formação não escolar, como os cursos de inglês. Há, assim, uma mudança de papéis, uma vez que as crianças se encontram cada vez mais fora de casa e os adultos estão a regressar progressivamente a esta (Sarmiento, 2003). Este tempo livre que as crianças passam fora da escola é crescentemente cobijado pelas políticas públicas de apoio à criança (Sirota, 2001). Já que as crianças estão na maioria do tempo em instituições ocupadas pelos adultos e sob influência cada vez maior de um controlo familiar, o que pode fazer com que estas não tenham tempo para descobrir os seus limites, nem espaço para conhecer o sabor da liberdade. Não dá para entendermos os nossos dias sem falarmos na institucionalização que é um fator que altera a centralidade do espaço doméstico (Sarmiento, 2003; Sarmiento *et al*: 2007).

Como já vimos uma das marcas da atualidade é a institucionalização da criança, que pretende separar o mundo das crianças do dos adultos. As primeiras instituições direcionadas para um grupo geracional são as creches, jardins infantis ou (pré-escola) e a escola pública, estas marcaram a institucionalização da infância e da escola pública. Esta escola foi-se alargando a todas as pessoas, com um aumento dos anos de ensino obrigatório e por consequência da frequência da mesma. A separação da criança do mundo dos adultos não se deu apenas através deste veículo de institucionalização, mas também através de uma construção simbólica da infância que originou uma separação progressiva do mundo dos adultos. Toda esta situação permitiu criar medidas de proteção sem precedente de defesa e de segurança das crianças, em que as mesmas se tornam uma espécie de reis, em torno da qual se organiza a vida familiar e para qual são destinadas todas as políticas públicas de apoio à própria família (Sarmiento, 2005).

Nas escolas é onde se desenvolvem mais as chamadas culturas das crianças que se definem “por um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e ideias que as crianças produzem e partilham em interação com os seus pares” (Sarmiento, 2005: 373). Estas vão passando de pais para filhos e estão profundamente enraizadas na sociedade e nos modos de administração simbólica de que o mercado e a escola são integrantes centrais, a par das políticas públicas para a infância. Estas culturas exprimem a cultura societal onde estão inseridas, mas não o fazem como os adultos, já que de uma forma geral estas exprimem moldes muito próprios de ver o mundo e de

representá-lo. Não podemos ignorar que estas culturas da infância se guiam por quatro eixos: a interatividade, a ludicidade, a fantasia do real e a reiteração. Todos estes eixos se desenvolvem de forma mais profunda em grupos de pares, algo que a escola propicia (Sarmiento, 2005). As crianças têm que ser vistas como seres sociais plenos, com capacidade de ação e culturalmente criativos, assim a escola tem que deixar de vê-las apenas como um mero receptáculo da socialização que lhe é feita e como uma simples tábua rasa (Sarmiento, 2005; Sirota, 2001; Sarmiento *et al*, 2007). O mundo da criança tornou-se algo cada vez mais heterogéneo, já que sofre as influências de ambientes cada vez mais distintos, tais como as relações escolares, as relações de pares, as relações comunitárias e as actividades sociais que desempenham, seja na escola ou na participação de tarefas familiares. Começa, assim, a desenvolver-se uma nova forma de cultura, a de pares que se pode definir por “um conjunto de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e partilham na interação com os seus pares” (Sarmiento *apud* Corsaro, 2003). Sirota (2001) chama a atenção para o facto da socialização realizada na escola ser importante, mas esta autora acha que se deve descolarizá-la um pouco para a percebermos em todas as suas dimensões. Deve-se, igualmente, tentar perceber quais os pesos que todos estes agentes de socialização apresentam sobre a criança e não nos devemos esquecer do peso dos grupos de pares e dos meios de comunicação social. Desta maneira a socialização é cada vez mais feita fora da família (Sirota, 2001).

As instituições que construíram a infância na modernidade também sofreram fortes alterações, que promoveram, segundo o autor uma reinstitucionalização da infância, esta, por sua vez origina um controlo crescente sobre a infância e promove um desaparecimento da criança enquanto ator social (Sarmiento, 2003). Estas instituições também foram muito importantes para constituir as crianças enquanto objeto sociológico. Embora, estas tenham tido um papel importante, não podemos reduzir a atividade das crianças às instituições, para que estas não percam o papel de ator social e passem somente a ser analisados enquanto estudantes (Sirota, 2001).

A escola é algo que se disseminou por todo o mundo, uma vez que na maioria dos países as crianças são “obrigadas” a frequentá-la (Sarmiento, 2005).

Embora, haja muitas políticas para a infância, esta é das categorias mais excluídas, já que se tornam seres relativamente invisíveis e que não podem participar na decisão das

mesmas por serem completamente excluídas da vida coletiva. Desta maneira, as crianças não devem apenas ser objeto das políticas públicas, mas também participar na elaboração das mesmas. Claro que esta participação não poderia ser avaliada de forma inocente, uma vez que teria sempre influência das instituições às quais pertencem. Mas não podemos ignorar que a escola é o local onde a participação das crianças é mais importante (Sarmiento *et al*, 2007).

Há várias ciências que começam a surgir para refletirem sobre o mundo das crianças entre elas a pediatria, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia (Sarmiento, 2003). Até que surge uma sociologia da infância. Este novo ramo da sociologia tenta tornar a infância não só como algo biologista desligado completamente da realidade social, mas sim como um objeto sociológico. Assim, há uma definição da infância “Categoria social do tipo geracional por meio do qual de revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social” e outra de criança “sujeito concreto que integra esta categoria geracional e, que na sua existência, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um género, etc” (Sarmiento, 2005:361, 371).

Assim, as políticas de apoio às crianças têm como objetivo uma maior integração das crianças em instituições que ajudam os pais com atividades profissionais mais absorventes a tratarem delas e a educá-las de maneira a formarem cidadãos e a imporem a ordem social instalada. Assim, como todas as políticas estas têm pontos positivos e negativos e como tal, não são perfeitas, com todos os defeitos e virtudes que a institucionalização acarreta, tanto nos idosos como nas crianças.

1.3. As crianças, os idosos e a pobreza

Em princípio, as crianças também são afetadas pela crise, uma vez que países que são sujeitos a resgate, podem sofrer cortes na educação e saúde (Rizzini, 2004).

Aquando períodos de crise profunda, muitas vezes a única opção é emigrar, por vezes de forma voluntária, outras vezes nem tanto, mas maior parte das vezes as crianças são as que se adaptam melhor a estas situações (Rizzini, 2004).

O índice de pobreza, no grupo etário das crianças sempre foi mais elevado do que o índice de pobreza dos restantes grupos da população. Assim, ao analisar os dados do

relatório “Rendimento e Condições de Vida” do ano de 2012, 2011 e 2010 pode verificar que no ano de 2009 e 2010 o risco de pobreza infantil em Portugal era de 22,4%, mantendo-se inalterável, enquanto que no ano de 2011 (ano de entrada da troika em Portugal), este fixava-se nos 21,7%. Houve, assim, uma diminuição de 0,7 pontos percentuais, registando-se uma pequena descida. Existem duas explicações possíveis: uma que decorre do facto de numa primeira fase de combate à crise, serem aumentados os abonos familiares e outras medidas de apoio à família e às crianças; a outra tem a ver com o facto de o Rendimento Nacional, que é a base do cálculo da linha de pobreza, ter diminuído fazendo baixar as taxas de pobreza calculadas com base dos 60% da mediana do RN. Algo que também é de destacar é o facto de nas famílias onde existem crianças dependentes, o risco de pobreza aumentar em relação àquelas onde não existem crianças. O índice de pobreza deste tipo de famílias aumentou 0,3 pontos percentuais, com a entrada da troika em Portugal, passando de 20,1% (ano de 2010) para 20,4%.

No que diz respeito ao índice de pobreza das pessoas com mais de 65 anos este é de 21% (dados de 2009), de 20% (dados de 2010) e de 17,4% (dados de 2011). Há um grande decréscimo do risco de pobreza das pessoas idosas, principalmente no ano em que a troika entra em Portugal, o que pode ser explicado tal como no caso dos jovens e crianças, pela base de cálculo da linha de pobreza, ter diminuído fazendo baixar as taxas de pobreza calculadas com base de 60% da mediana do RN. Assim, a taxa de pobreza no grupo dos idosos passou de acima da média para abaixo da média nacional (17,9%). Mas é de destacar que o risco de pobreza é muito elevado, principalmente no grupo das crianças, onde se encontra acima da média nacional.

1.4 Uma breve história sobre as formas assistenciais em Portugal

No quadro europeu tem sido crescentemente valorizado o papel da sociedade civil na recomposição dos sistemas de proteção social, porque há maior privatização destas funções que por excelência pertenciam ao Estado.

Em Portugal, esta sempre foi uma realidade bem presente há séculos, sabendo que as primeiras Misericórdias surgiram em Portugal há mais de 500 anos. Com o Estado Novo a ajuda à população mais carenciada foi relegada para um segundo plano, havendo apenas um assistencialismo caritativo que era delegado nas mãos da Igreja. O

Estado não contribuía, assim para ajudar os mais necessitados ou as instituições que lhe pudessem dar ajuda uma vez que achava que isso não fazia parte das suas atribuições (Hespanha *et al*, 2000).

Com a lei 2 115 de 1962, esta situação sofreu uma alteração, uma vez que houve um aumento da população e das situações abrangidas, com um acréscimo do número de instituições que passam a cobrir uma vasta área do território, mas mesmo assim o sistema continua a ser financiado somente pelo trabalho e condicionado pelas necessidades setoriais da economia. A assistência social continua desta forma a ser fraca, sendo na maioria dos casos responsabilidade da família. As práticas assistenciais estavam muito ligadas à tradicional moral e caridade cristã, estando a ajuda aos mais pobres nas mãos dos filantropos (Hespanha *et al*, 2000).

No período pós 25 de Abril de 1974, houve uma reestruturação profunda das políticas de proteção social, que se materializou no facto de haver uma maior intervenção do Estado em termos de políticas de bem-estar social, que pretendiam a redução da pobreza, o que originou um esbatimento do papel das tradicionais Instituições Particulares de Assistência. Estas instituições destinavam-se a ser substituídas por um sistema integrado de segurança social (Hespanha *et al*, 2000), mas posteriormente o Estado apercebeu-se de que não tinha recursos para suportar estes novos direitos para todos os cidadãos e teve assim que procurar parceiros em quem pudesse delegar competências. Embora as IPSS começassem a ter regras mais apertadas de tutela pelo Estado, somente as Misericórdias continuaram a ter um estatuto próprio, fundado na Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé (Hespanha *et al*, 2000).

A Constituição de 1976 passa a reconhecer as Misericórdias, bem como outras organizações, como Instituições Particulares de Solidariedade Social, assim elas aceitem prosseguir sem fins lucrativos os objetivos da segurança social, um reconhecimento que implica que estas não sejam prejudicadas desde que cumpram toda a regulamentação legal e fiscalização do Estado (Hespanha *et al*, 2000).

Nos anos 80 foi o grande boom destas IPSS, já que houve uma crescente privatização da segurança social e da própria ação social, com um aumento da transferência de benefícios para o setor privado. Assim, muitos dos valores de Abril em termos de Proteção Social não conseguiram ser cumpridos, já que se consolidaram dois tipos de

regimes, um diretamente administrado pelo Estado – a Segurança Social – e outro de provisão privada e forte financiamento público – a Ação Social. As IPSS passam a ser as detentoras quase monopolistas da ação social em Portugal, havendo assim uma grande privatização do parente pobre da segurança social. O domínio destas instituições foi sendo alargado pelo Estado (educação, saúde, formação profissional, habitação, etc), já que o domínio da ação social tem todo ele que ser assumido por um setor não lucrativo, para que todas as pessoas tenham acesso a estes cuidados tal com está presente na Constituição de 1976 (Hespanha *et al*, 2000).

1.5. A relação das IPSS com o Estado

Após ter abordado a questão das políticas sociais em Portugal nos seus vários domínios, vou centrar posteriormente a minha análise nas IPSS que se podem definir como “instituições particulares de solidariedade social constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por corpo autárquico” (Dec.-lei 119/83). É onde a grande maioria destas políticas se desenvolvem, mas a sua relação com o Estado nem sempre se caracteriza por ser pacífica, mas não se deixa de basear numa relação de dependência. Já que as IPSS têm uma particularidade que as distingue das suas congéneres europeias, uma vez que o Estado vem repartindo as suas funções com estas, mas é ele que também as comparticipa na grande maioria das suas despesas, em cerca de 70% (em média), sendo as restantes pagas pelos próprios utentes e familiares (Hespanha *et al*, 2000).

O estatuto das IPSS de 1979 define os pontos principais que marcam a relação destas com o Estado: a liberdade de associação no sentido de estes poderem escolher as suas áreas de atuação e formas de organização; a responsabilidade social das instituições perante o Estado e os beneficiários; a cooperação interinstitucional e das instituições com os serviços públicos; a integração no sistema da segurança social, o que faz com que tenham que seguir as leis definidas pelo sistema e o carácter privado, donde decorre o respeito pela vontade dos fundadores ou doadores, mas também o reconhecimento de que os apoios estatais se destinam a reforçar os recursos próprios. O Estado tem como objetivo uma ação orientadora e tutelar que tem como principal finalidade a de promover a compatibilização dos seus fins e atividades com os do

sistema de segurança social, garantir o cumprimento da lei e defender os interesses dos beneficiários e das próprias instituições. (art. 6º) Há assim uma tentativa de universalização dos padrões de qualidade dos serviços. O Estado tem um importante papel na universalização destes padrões através da inspeção e fiscalização que é levada a cabo pelos Centros Distritais (Hespanha *et al*, 2000).

Embora haja esta grande dependência do Estado, estas instituições não deixam de ter um grande poder de negociação, uma vez que o seu papel é essencial à sociedade, o que fez com que conseguissem acentuar a sua natureza privada, bem como a sua autonomia, em termos de liberdade de atuação e de escolha das atividades a desenvolver, embora sempre acompanhadas de uma grande dependência financeira. Em 1979 viam-se os apoios do Estado e das autarquias como uma forma de potenciar os recursos próprios da instituição, mas em 1983 descurou-se os recursos próprios das mesmas, mas apesar disto houve um reforço do seu grau de autonomia, mas sempre sustentadas pelos os apoios do Estado (Hespanha *et al*, 2000).

A Lei da Segurança Social de 1984 coloca como prioridade do Estado os estímulos ao desenvolvimento de instituições de índole privada que prestem os serviços que ao próprio caberiam. Assim, a estas instituições é-lhe reconhecido um importante papel na sociedade e portanto o Estado tem a obrigação de lhe prestar ajuda para que estas alarguem a sua área de intervenção e melhorem a qualidade dos serviços. O Estado passa, assim, a comprar-lhe serviços prestados (Hespanha *et al*, 2000).

Tanto as IPSS, como o Estado tem deveres a cumprir reciprocamente. As IPSS comprometem-se a garantir o bom funcionamento de equipamentos e serviços, dar prioridade a grupos económicos com poucos recursos, assegurar condições de bem-estar aos utentes, prestar serviços adequados e eficientes, assegurar a existência de recursos humanos adequados a um bom funcionamento das respostas sociais; fornecer informações à segurança social sobre os serviços que lhe permitam avaliá-los quer quantitativa, quer qualitativamente e por último facilitar a fiscalização por parte da segurança social. A segurança social para além do pagamento dos apoios financeiros convencionados dentro do prazo estabelecido também necessita de dar apoio técnico para o bom desenvolvimento dos serviços; estimular a formação técnica do quadro de pessoal; avaliar o tipo de serviços prestados e por último estimular a cooperação (Hespanha *et al*, 2000).

Os acordos de cooperação são os instrumentos de contratualização e acesso a fundos públicos. Estes podem ser de dois tipos os típicos e os atípicos. Os primeiros contratualizam respostas sociais prefiguradas segundo um modelo-tipo, enquanto que os segundos tentam responder a situações novas não contratualizadas. Os atípicos são utilizados raras vezes pela segurança social, uma vez que exigem mais apoio dos técnicos, para além de necessitarem de programação e avaliação. Estes apoios são estabelecidos pelos acordos de cooperação desde 1979, passando por apoiar as despesas da instituição em cerca de 70%, mas estes apoios não se esgotam por aqui, uma vez que também há apoios diretos e indiretos, que passam por apoiar em termos de instalações e equipamentos, os subsídios eventuais, o programa nacional da luta contra a pobreza e as regalias e isenções tributárias. Isto contribui para uma maior mercadorização dos serviços de ação social. Há, desta maneira, um aumento do privatismo da ação social, com as IPSS a representarem a maioria dos equipamentos existente. Assim verifica-se que a rede pública está cada vez mais a ser atribuída à administração das IPSS através de acordos de gestão, tentando-se assim resolver a pesada burocracia da rede pública de ação social. Estes dados são reveladores do nosso incipiente Estado-Providência (Hespanha *et al*, 2000).

Estes acordos de cooperação são uma forma de tipificar os tipos de respostas que há nas instituições, existindo uma espécie de normalização da forma de intervenção das IPSS. Há respostas sociais que continuam a ocupar um lugar preferencial, como as que dizem respeito à infância e à terceira idade, embora, haja um esforço por parte das IPSS para desenvolverem novos tipos de respostas que passem pelo combate à pobreza e exclusão social (Hespanha *et al*, 2000).

Nos acordos de cooperação como já foi dito anteriormente é que se definem os apoios que o Estado dá as IPSS destinados à cobertura das despesas correntes de funcionamento dos equipamentos e das suas respostas sociais. Estes montantes são, assim definidos anualmente entre o ministro da tutela e os representantes das Uniões, havendo um grande consórcio negocial por parte das últimas. Este financiamento pode-se dizer que apresenta um problema de homogeneização das instituições, quando nós sabemos que estas não são todas iguais e por isso podem penalizar aquelas que não tem recursos próprios, o que pode levar a uma exclusão dos utentes com menos recursos (Hespanha *et al*, 2000).

O grau de autonomia destas pode estar ameaçada por a elevada dependência económica do Estado e os fracos recursos próprios (Hespanha *et al*, 2000).

O estatuto das IPSS era uma forma de uniformizar instituições tão diferentes e de origens tão distintas, mas esta uniformização não é completamente possível, em virtude das diferentes formas que elas assumem a nível jurídico, tais como Associação de Solidariedade Social, Fundação de Solidariedade Social, Centro Paroquial, Organizações Religiosas, Irmandades de Misericórdias e Uniões/Federações (Hespanha *et al*, 2000).

Na perspetiva da Segurança Social estas instituições têm aspetos positivos e negativos. No que diz respeito ao primeiro, os aspetos apontados pelos técnicos e dirigentes são os seguintes: o preenchimento das lacunas do Estado, o respeito pela economia dos recursos, há uma maior proximidade ao meio social, o que origina na maioria dos casos rapidez de resposta. Os aspetos negativos apontados são os seguintes: uma grande falta de técnicos, o que origina uma desadequação do quadro de pessoal, quer seja nas respostas sociais de apoio à criança, idosos ou pessoas portadoras de deficiência; os dirigentes nem sempre são os mais adequados, uma vez que na maioria dos casos não tem qualificações para ocupar aquele cargo e praticamente a rotatividade é inexistente; a forma como são fixadas e administradas as participações dos utentes, principalmente no caso de pessoas mais carenciadas e situações menos regulares (Hespanha *et al*, 2000).

Quando se compara as IPSS com os estabelecimentos do Estado, os últimos têm uma avaliação mais positiva, uma vez que têm melhores condições materiais e um quadro de pessoal mais qualificado e atualizado (Hespanha *et al*, 2000).

Em jeito de conclusão podemos dizer que a filosofia que está por trás do apoio atribuído pelo Estado a estas instituições é a seguinte: apoiar as instituições que se propõem desenvolver atividades no âmbito da ação social, mas somente aquelas que se demonstrarem idóneas no trabalho que desenvolvem, por esse motivo antes de se celebrar o contrato são avaliadas as condições de cada instituição, mas a parte financeira nunca é um fator impeditivo para se criar um IPSS (Hespanha *et al*, 2000).

1.6. As IPSS num contexto de crise económica

Neste capítulo vou debruçar-me de modo mais específico no papel das IPSS na sociedade portuguesa e sobre o modo como estas estão a enfrentar o agravamento dos problemas ou o surgimento de novos problemas, originados pela atual crise económica. Para isso baseei-me num estudo “As IPSS num contexto de crise económica” publicado em 2012, pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade que consistia na realização de inquéritos às IPSS e em entrevistas às mesmas e a informadores privilegiados.

Cada vez mais as IPSS têm que se adaptar a uma situação onde os recursos são muito escassos, embora esta realidade não seja de agora, tem-se vindo a agravar, deste modo muitas instituições não dão uma resposta conveniente. Assim, cada vez mais estas IPSS encontram a sua pedra basilar no conceito de sustentabilidade, esta está associada a um triplo sentido: viabilidade, subsistência e complementaridade.

Não podemos esquecer-nos do papel que as IPSS têm na economia portuguesa, representando 1,7% do VAB, representando 2,9% das remunerações nacionais, 2,4% das despesas de consumo final e 1,4% do investimento nacional. O peso económico das mesmas em Portugal encontra-se nos três primeiros da Europa, sendo somente ultrapassada pela Finlândia, sendo também o segundo país, onde estas dão mais emprego.

Centrando-nos mais nas IPSS em contexto de crise e nos desafios que estas enfrentam num contexto de mudanças estruturais profundas, uma dessas alterações é o aumento de várias necessidades, tais como o desemprego, as dificuldades financeiras e a pobreza. A partir dos inquéritos que foram realizados a várias entidades (IPSS, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), podemos concluir que todos foram unânimes em identificar os três principais problemas que afetam as famílias tais como dificuldade em pagar as suas dívidas e a pobreza. Todos estes problemas sofreram um grande agravamento durante o ano de 2011 (ano de entrada da troika em Portugal) na opinião da maioria dos inquiridos. Em termos de fome o agravamento não foi tão negativo, uma vez que só metade dos inquiridos reportam que houve um aumento e a outra

metade afirma que houve uma estagnação ou até uma diminuição. Todas estas três fontes são unânimes em identificarem as famílias desestruturadas como um problema que se agravou. No que diz respeito às pessoas dependentes há uma divergência de opiniões entre as IPSS, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias, as primeiras acharam que esta situação se agravou, já as segundas e terceiras não foram tão pessimistas, uma vez que na sua maioria acham que não houve um aumento destes casos.

Outro dos problemas que o estudo identificou é o grande isolamento dos idosos, que é maior nas áreas urbanas, porque são cada vez em menor número os que têm familiares perto de si e têm sérias dificuldades em se deslocarem porque em geral vivem em prédios, por vezes com difíceis acessos, o que origina doenças associadas à solidão.

As IPSS têm por sua vez que dar resposta a um crescente número de pedidos e por isso têm que atuar em domínios muito diversos. Estas dão, assim, apoio a crianças, idosos e cidadãos dependentes; apoio a famílias carenciadas nas suas necessidades básicas; a oferta de serviços de atendimento social para avaliarem situações de risco e poderem encaminhá-las para outras entidades quando não tem resposta nesta instituição; promover o voluntariado; gerar emprego, principalmente a nível local; dinamizam vários tipos de atividades ao nível lúdico, desportivo e cultural; consomem produtos locais e são um importante veículo de fixação das pessoas nas áreas rurais.

Para darem respostas às crescentes necessidades das pessoas, estas instituições tiveram que adotar outro tipo de estratégias tais como reforçar a oferta atual das mesmas valências, estabelecer parcerias e protocolos de atuação com outras entidades e desenvolver estratégias para conseguirem obter um maior e diversificado número de apoios, maior parte dos inquiridos optaram por estas estratégias para fazer face à crise. Mas, a diversificação de oferta também não foi algo que fosse posto de parte pelos entrevistados, para isso é necessário dispensar atividades que não são tão essenciais ou colocar as pessoas a participarem mais este tipo de atividades.

É de notar que a procura pelo apoio das IPSS tem vindo a crescer, mas as pessoas cada vez podem pagar menos por os serviços prestados e há um crescente número de famílias com mensalidades em atraso, mas mesmo assim estas nunca deixam de tentar dar resposta e recusam-se a diminuir a qualidade dos serviços, principalmente dos básicos.

As creches são um dos tipos de resposta social mais afetados pela crise, uma vez que muitos pais por dificuldades financeiras retiram os filhos destas instituições e estas já não são ocupadas, criando vários problemas de índole económica às mesmas.

A área de atuação em que estas consideram ter casos mais dramáticos é a das prestações pontuais, uma vez que estas instituições se depararam com situações de carência material tão dramáticas para as quais não estavam preparadas, mas mesmo assim tentam adaptar-se e dar resposta a todos estes pedidos, com a criação de bancos alimentares, apoio psicológico e a criação de centros de emergência social. Para fazer face a estas dificuldades e com recursos mais escassos, estas instituições recorrem muito a mão-de-obra voluntária.

Outra forma de conseguir resolver as crescentes necessidades das pessoas é a de encaminhar para outras entidades, com as quais as instituições têm parcerias para resolver situações para as quais estas não têm meio de dar respostas. As parcerias são assim muito importantes, uma vez que apoiam muito as IPSS no desenvolvimento das suas atividades, como é o caso das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, mas as primeiras colaboram muito mais com estas. Estes apoios são dados na maioria do caso em géneros, tais com cedências de instalações, a facultação de transportes e técnicos e o apoio na elaboração das candidaturas, bem como não pagar qualquer tipo de taxas.

Mas ainda há muitas IPSS que são incapazes de responder a todas as necessidades sociais, já que estas são cada vez mais diversas. Temos que ter em atenção que há dois tipos de solicitações, a primeira diz respeito a solicitações no âmbito dos serviços convencionais e a segunda diz respeito a solicitações fora do âmbito dos serviços convencionais. Em ambas as solicitações as IPSS queixam-se das longas listas de espera, principalmente em respostas como os lares de idosos, creches, jardim-de-infância e

unidade de cuidados continuados. Não é fácil explicar estas listas de espera e deve-se fazer uma distinção entre vagas comparticipadas pela segurança social e as que não são comparticipadas. Assim, existem várias instituições que tem grandes listas de espera para vagas da segurança social, mas não tem qualquer tipo de lista de espera para vagas não comparticipadas. Pode até haver certos casos em que há pessoas que dentro das próprias instituições pedem transferências para vagas de segurança social, de forma a pagarem menos pelos seus serviços. Uma das formas de resolverem este problema é alargar-se o número de vagas da Segurança Social, para isso teria que haver uma flexibilização das regras da Segurança Social, mas não podemos esquecer que este também passa pelo alargamento das capacidade e por consequência na maioria dos casos o aumento das instalações, mas este também nem sempre é fácil numa situação económica debilitada como a atual. As solicitações têm assim crescido na proporção inversa aos pedidos de ajuda que recebem.

Uma das conclusões a que chegou este estudo é que as IPSS são “subsídio-dependentes” das comparticipações dadas pela Segurança Social, mas esta mentalidade deve ser alterada, havendo que pensar em formas alternativas de financiamento que complementem o pagamento dos clientes.

Com esta crise a viabilidade financeira das IPSS está posta em causa, uma vez que desde de 2005 o aumento das despesas tem sido superior ao aumento dos recursos, o que resultou num agravamento da situação financeira.

Há várias fontes de financiamento, mas como já referimos atrás as transferências públicas são muito importantes no financiamento, a segunda forma de financiamento são as receitas geradas pela provisão de bens e serviços aos seus utentes. A terceira fonte de rendimento são as receitas provenientes de juros, dividendos e rendas.

Com a diminuição das transferências do Estado, tem que se dar uma maior importância às transferências dos utentes, por isso é importante atrair clientes com maior capacidade económica, para isso é necessário desenvolver serviços de modo a competir com instituições privadas. O alargamento de valências também é algo a que as instituições têm recorrido, de forma a aumentar as receitas. Tem que haver um

aumento da eficácia no uso dos recursos angariados e uma maior propaganda dos serviços que a instituição possui.

Para além dos desafios económicos, também se colocam desafios de índole demográfica a que as instituições também se têm que adaptar, uma vez que há um maior envelhecimento da população, as instituições de solidariedade têm que ter uma maior aposta nos cuidados às pessoas idosas, uma vez que estes vão ser os mais procurados num futuro próximo, enquanto que a procura de instituições que dão apoio nos cuidados às crianças vai diminuir e, assim, estas perdem um grande número de utentes. Para além de poder haver alterações na família que originem uma intervenção renovada das IPSS.

Assim, podemos concluir que os problemas que são identificados, como estando em maior crescimento, são idênticos em cada uma das entidades que foram inquiridas ou entrevistadas, sendo na maioria dos casos problemas que foram despoletados pela crise, sendo um dos maiores, o desemprego e por consequência a pobreza. Todos estes problemas também agravam a situação financeira das IPSS, uma vez que os pedidos de ajuda são em maior número, mas as participações da segurança social são cada vez mais reduzidas, o que faz com que estas instituições tenham que recorrer a outros tipos de ajuda tentando libertar-se desta dependência que tem do Estado, o que nem sempre é fácil, uma vez que esta situação já tem muitos anos e nunca foi de outra maneira. Mesmo assim, as IPSS tentam nunca deixar ninguém sem ajuda, mesmo que estas necessidades também sejam novas para elas, assim com esta crise que também as está a atingir houve o desenvolvimento do trabalho em parceria com outras instituições e a utilização de trabalho de voluntariado que era algo que as instituições nunca desenvolviam aproximando-se mais do tipo de instituições que existem no resto da Europa (menos dependentes do Estado). Outra das estratégias que foram adotadas para fazer face à crise e de modo a atenuarem as suas dificuldades económicas é diversificar a oferta de modo a atraírem utentes com maior poder económico. Embora, esta estratégia se possa considerar pouco ortodoxa, uma vez que põe em causa um dos principais princípios por que se regem as IPSS o de dar prioridade às pessoas com rendimentos mais baixos. Assim, este estudo leva a concluir que apesar da crise as IPSS estão a conseguir fazer face às dificuldades e nunca deixam

de ajudar os seus utentes que em certas respostas sociais são em muito maior número.

2. Caracterização da Instituição de Acolhimento

2.1. Uma breve história da Segurança Social

O maior desenvolvimento da Segurança Social em Portugal, deu-se a partir do 25 de Abril de 1974. Esta revolução tinha como principais objetivos: criar um sistema integrado de Segurança Social, de forma a que este possa ser um direito de todas as pessoas, melhorar e alargar um sistema de prestações que já existiam anteriormente, criar novas medidas e alargá-las a outros grupos sociais. A partir de 1977 a Segurança Social sofreu um processo de descentralização dos poderes que antes estavam muito concentrados nas mãos da Assistência e Previdência.

Há dois pilares que indiciam a tentativa de implementar mudanças neste período pós-revolucionário, a Lei de Bases da Segurança Social e o regime não contributivo.

Em 1984 a Assembleia da República aprova uma lei que enquadra da melhor forma os princípios por que se vai reger o sistema sendo eles: igualdade, universalidade, unidade, eficácia, descentralização, garantia jurídica, solidariedade e participação. (artº 5) Há três outros aspetos que temos que ter em atenção quando se fala deste diploma a consolidação de dois regimes o contributivo e o não contributivo; a consagração dos direitos de todos os cidadãos à Ação Social, de forma a suprir as insuficiências de conteúdo dos regimes previdenciários e a regulação do financiamento.

2.2. Caracterização do Instituto de Segurança Social

O estágio foi realizado no Centro Distrital de Coimbra, localizado na Rua Abel Dias Urbano, nº 2, 3004-519, Coimbra.

O Instituto de Segurança Social (ISS) é um Instituto Público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio. O ISS, I.P., segue orientações do Ministério da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social (MSESS), sob superintendência e tutela do respectivo ministro.

Segundo a lei nº4/2007, de 16 de Janeiro, todos têm direito à Segurança Social e este direito é efetivado pelo sistema e exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na presente lei. O Instituto de Segurança Social prossegue três objetivos prioritários: garantir a concretização do direito à Segurança Social; promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade; promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

Na mesma lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro, estão contidos os princípios que regem o sistema de Segurança Social. São eles: universalidade, igualdade, solidariedade, equidade social, diferenciação positiva, subsidiariedade, inserção social, coesão intergeracional, responsabilidade pública, complementaridade, unidade, descentralização, participação, eficácia, tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, garantia judiciária e informação. O sistema de Segurança Social abrange três subsistemas: sistema de protecção social de cidadania (que inclui o subsistema de acção social, o subsistema de solidariedade e o subsistema de protecção familiar) que se dispõe a “garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais”; sistema previdencial que “visa garantir, assente no princípio de solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas”; sistema complementar que compreende um regime de capitalização e regimes complementares de iniciativa colectiva e de iniciativa individual”. Visa, igualmente, conjugar os objetivos de equidade social entre gerações e de eficácia macroeconómica, assegurando os direitos básicos dos cidadãos, em situações não abrangidas pelos sistemas anteriores.

O ISS, I.P. tem ainda como atribuições: a gestão das prestações do sistema de solidariedade e segurança social e os seus subsistemas; desenvolver a cooperação com as IPSS e exercer nos termos da lei a sua tutela; promover o licenciamento dos serviços e estabelecimentos de apoio social; promover a divulgação da informação e as acções adequadas ao exercício do direito de informação e de reclamação dos interessados, bem como a dignificação da imagem do sistema de solidariedade e segurança social.

Os centros distritais, mais especificamente, têm como atribuições: gerir as prestações do sistema de Segurança Social e dos seus subsistemas; proceder ao reconhecimento de direitos, à atribuição e pagamento de prestações, bem como de subsídios, retribuições e comparticipações; assegurar a execução dos instrumentos internacionais em matéria de Segurança Social; proceder à identificação e qualificação das pessoas singulares e colectivas e trabalhadores independentes, entre outras.

Esta instituição tem por missão a gestão dos regimes de segurança social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social e o exercício da acção social, bem como assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de segurança social e acção social.

A sua visão assenta em ser um organismo de elevado valor governamental e ser reconhecido como uma entidade de referência na prestação de um serviço público eficiente, de qualidade e de proximidade, promovendo a coesão social.

O Centro Distrital de Coimbra é constituído por três áreas principais: as áreas Operacionais, as áreas de Administração Geral e as áreas de Apoio Especializado.

As áreas Operacionais dividem-se em três unidades: a Unidade de Identificação, Qualificação e Contribuições, a Unidade de Prestações e Atendimento e a Unidade de Desenvolvimento Social e Programas. As áreas de Administração Geral dividem-se em dois núcleos: Núcleo de Recursos Humanos e Núcleo Administrativo e Financeiro. E finalmente, as áreas de Apoio Especializado são constituídas pelo Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação e pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos e Contencioso. A Unidade de Desenvolvimento Social e Programas é constituída por três núcleos: o Núcleo de Intervenção Social, o Núcleo de Respostas Sociais e o Núcleo de Infância e Juventude. Esta unidade está mais relacionada com a área da acção social que se pode definir por “ações assistenciais genericamente orientadas para a assistência e defesa da família ou a concessão de apoios não especificados...” (Hespanha *et al*, 2000: 123), os seus principais objetivos realizam-se através de:

serviços e equipamentos sociais; programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais; prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepcionalidade as prestações em espécie. A ação social é desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado.

O núcleo onde eu desenvolvi o meu estágio curricular é o de Respostas Sociais, pertencente à Unidade de Desenvolvimento Social e Programas e este apresenta como principais competências: assegurar a dinamização, implementação, acompanhamento e avaliação de intervenções de combate à pobreza e de promoção da inclusão social; assegurar a avaliação, planificação e elaboração da intervenção desenvolvida, tendo em vista a melhoria do seu funcionamento e da qualidade das respostas e o aperfeiçoamento das medidas de política social; colaborar na elaboração de estudos conducentes à definição de prioridades em todas as matérias da sua competência; dinamizar, acompanhar e avaliar a implementação do sistema de qualidade nos vários serviços e respostas sociais; instruir e organizar os processos de registo das IPSS; emitir os pareceres que lhe sejam solicitados com vista ao licenciamento de serviços ou estabelecimentos de apoio social; elaborar, propor e acompanhar a execução do orçamento do programa; assegurar o acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos com acordo de gestão; desenvolver e dinamizar a cooperação com as IPSS.

A lei também define a sua natureza institucional como “O Instituto da Segurança Social, I. P., abreviadamente designado por ISS, I. P., é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. O ISS, I. P., prossegue atribuições do Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social (MSESS), sob superintendência e tutela do respectivo ministro.” Na lei também se define a sua jurisdição territorial e a sua sede I — O ISS, I. P., é um organismo central, com jurisdição sobre todo o território nacional, sem prejuízo das atribuições e competências das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O ISS, I. P., tem sede em Lisboa. O ISS, I. P., dispõe de dezoito serviços desconcentrados a nível distrital,

designados por centros distritais. O ISS, I. P., dispõe ainda de um serviço designado Centro Nacional de Pensões.”

2.3. Tarefas realizadas durante o período de estágio

O estágio decorreu durante quatro meses no Centro Distrital de Segurança Social em Coimbra. As primeiras atividades que realizei neste estágio passaram por leituras sugeridas pela minha orientadora no local de estágio, de modo a familiarizar-me com a linguagem, com a realidade, as atividades e o modo como eram realizadas no núcleo onde eu estava inserida, bem como o seu papel no seio do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra.

Posteriormente foi-me dada a oportunidade de realizar atividade subjacentes ao meu objeto de estudo, que consistia em fazer um levantamento exaustivo das tabelas que continham as frequências das IPSS dos Distritos de Coimbra, como não me era possível analisar todas as respostas sociais do distrito de Coimbra por serem em grande número optei por analisar duas respostas sociais representativas da área de apoio aos idosos e da área de apoio às crianças, optando, assim, por escolher as estruturas residenciais para idosos e as creches respetivamente.

A par desta atividade de exploração do meu objeto de estudo, também fui desenvolvendo atividades de apoio às tarefas do núcleo onde estava inserida. Assim o meu primeiro trabalho foi fazer uma análise comparativa dos valores que estão presentes nas frequências registadas pelos serviços centrais, com os que estão presentes nos acordos de cooperação celebrados pelo Centro Distrital e as frequências presentes nas estatísticas daquele centro distrital para verificar se havia muitas discrepâncias entre os diversos valores e verificar qual deles estava certo para haver uma correta atualização dos dados.

Particpei numa palestra sobre “Envelhecimento Ativo” realizada no dia 28 de Novembro no auditório da Câmara Municipal de Soure, organizada por uma técnica do núcleo onde eu estava integrada (Dr^a Sandra Cardoso). Esta palestra teve uma característica diferente das restantes em que já participei, uma vez que consistia não só

em ouvir um orador mas como por os próprios participantes da palestra, que eram representantes das Instituições de Solidariedade Social de Soure a pensarem em soluções que pudessem ajudar a concretizar esta ideia de “Envelhecimento Ativo”, o que tornou a palestra muito mais produtiva. Assim, foram formados três grupos de trabalho compostos por todos os participantes e todos estes elementos eram de IPSS diferentes para facilitar o aparecimento de ideias novas propiciados pelo facto de serem de instituições com realidades diferentes, começou assim por se fazer um *brainstorming*, onde todas as pessoas foram dando uma ideia de algo que elas achassem interessante para tornarem os idosos mais ativos e a partir daqui surgiram ideias de atividades em que os idosos pudessem ser inseridos diretamente e participarem nas mesmas que posteriormente vieram a ser aplicadas na prática. Desta forma a palestra foi produtiva, uma vez que cumpriu os objetivos a que se tinha proposto.

Outra das atividades que foi inúmeras vezes realizada por mim durante estes quatro meses de estágio foi a de arquivar os documentos que diziam respeito às IPSS, que é uma atividade essencial para o núcleo de forma a que toda a documentação seja organizada ficando segura de maneira a evitar possíveis perdas. Nesta linha também organizei as pastas de diversas instituições para que todos os documentos ficassem organizados por pasta com o objetivo de ser de mais fácil leitura para quem as fosse consultar.

Outra das tarefas que me foi confiada foi a de fazer a revisão de todos os acordos de pré-escolar, onde se atualiza os valores que são dados pela Segurança Social por utente, a alteração dos quadros de pessoal e o mais importante para o Centro Distrital a atualização do número de utentes, de forma a perceber se o número que estava no acordo era para manter, aumentar ou diminuir, algo que é muito importante para a Segurança Social para saber a verdadeira situação de cada IPSS. A parte onde tive mais dificuldades ao realizar este trabalho foi no que diz respeito ao quadro de pessoal, pois algumas vezes estes tinham bastantes incongruências, que tiveram que ser resolvidas falando com cada uma das IPSS.

Uma das tarefas que eu também realizei foi a de digitalizar vários documentos de uma instituição para serem enviados para a fiscalização. Também preenchi várias fichas de

visita, é nestas fichas que os técnicos colocam as irregularidades que há nas instituições e os aspetos que querem ver melhorados para a próxima visita, de modo a que a legislação seja respeitada.

Novamente, mais relacionado com o meu trabalho também iniciei à aplicação dos inquéritos às IPSS, para isso tive primeiramente que fazer um levantamento dos equipamentos que havia no Distrito de Coimbra e posteriormente tive que falar com os técnicos para me enviarem os inquéritos por e-mail, uma vez que me era inteiramente impossível realizá-los pessoalmente, algo que eles logo se disponibilizaram a fazer.

Também participei numa reunião com todos os elementos do núcleo, na qual foram discutidos problemas do mesmo, do qual tive que posteriormente fazer uma ata com as informações que foram discutidas na mesma, para depois enviar para o Diretor da Unidade onde estava inserida.

3. Metodologia

O estágio teve uma componente mais prática, de observação e participação nas tarefas diárias do Serviço de Respostas Sociais, de modo a familiarizar-me com as técnicas/linguagem utilizadas na instituição, bem como adquirir competências no domínio do trabalho de coordenação de um projeto.

Tendo em conta o objetivo do estágio de analisar o impacto da crise nos serviços foi necessário começar por fazer uma revisão bibliográfica (textos/livros relacionados) sobre a temática a ser tratada de forma a estar familiarizada com o tema.

Ao longo do estágio, através da observação direta e participação, fui percebendo porque ocorrem determinados problemas e o porquê da escolha de determinadas soluções. Para tal, elaborei um diário de campo, do qual consta informação detalhada das acções/situações presenciadas onde anotei as informações pertinentes.

Para complementar a observação, foram realizados inquéritos junto de alguns “elementos-chave” das IPSS do Distrito de Coimbra que contribuíram de forma útil

para o meu estudo, como é o caso de alguns técnicos, de forma a perceber de que maneira a crise tem afetado o número de pessoas inscritas nas IPSS e quais as estratégias adotadas pelas mesmas para se adequarem à variação sentida. O inquérito era constituído por algumas perguntas abertas que permitiram à pessoa inquirida ter a oportunidade de exprimir a sua opinião sobre o que está a ser perguntado de forma mais livre. Assim, estes inquéritos foram submetidos a duas formas de análise, uma quantitativa para analisar as perguntas fechadas e uma qualitativa para analisar as perguntas abertas, para as quais recorri à análise de conteúdo.

Inclui ainda uma análise da informação documental e estatística facultada pela instituição de forma a perceber o efeito que a crise teve no número de pessoas inscritas nas IPSS apoiadas por este organismo.

A pesquisa bibliográfica e documentação específica foram uma boa base de orientação para o trabalho a realizar durante o estágio.

4. Análise dos resultados

4.1. Uma breve descrição dos concelhos de Coimbra

Antes de passar a uma análise das frequências das IPSS, acho que é importante fazer uma breve descrição dos concelhos em termos da população até aos quatro anos, que diz respeito ao grupo da população que frequenta a resposta social creche e a população com 75 ou mais anos, que é a população-alvo dos lares, de forma a também ajudar a compreender as conclusões a que vou chegar sobre as frequências e a fazer uma distinção entre os concelhos do interior e os que se encontram localizados no litoral.

Tabela I - População residente por grupo etário nos concelhos do distrito de Coimbra

Concelho	População	
	População com idade até aos 4 anos	População com idade igual ou superior aos 75 anos
Arganil	3%	16%
Coimbra	4%	11%
Condeixa-a-Nova	5%	9%
Cantanhede	4%	12%
Figueira da Foz	4%	11%
Góis	3%	19%
Lousã	5%	8%
Mira	4%	12%
Miranda do Corvo	3%	10%
Montemor-o-Velho	4%	12%
Oliveira do Hospital	4%	13%
Pampilhosa da Serra	2%	25%
Penacova	3%	13%
Penela	4%	16%
Soure	3%	15%
Tábua	3%	13%
Vila Nova de Poiares	4%	10%

Fonte: INE

Ao analisarmos estes números chegamos à conclusão que em todos os concelhos pertencentes ao distrito de Coimbra a população com mais de 75 anos representa uma percentagem muito alta, o que quer dizer que os lares têm uma maior população alvo, enquanto que o número de crianças com idade até aos 4 anos apresenta uma taxa muito reduzida. Não havendo diferenças muito significativas nos concelhos que se localizam no interior ou no litoral, embora possamos verificar que alguns concelhos mais interiores tem uma maior proporção de população residente com mais de 75 anos, com taxas muito elevadas, são de destacar os casos de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Soure. Sendo a caso mais grave o de Pampilhosa da Serra, com uma taxa mais baixa no número de pessoas com idades compreendidas até aos 4 anos e com uma taxa muito elevada na população com mais de 75 anos (25%).

4.2. A evolução da oferta nos últimos quatro anos em termos de lares e creche no Distrito de Coimbra

Tabela 2 - N° de creches do distrito de Coimbra por ano (2009 a 2012)

2009	2010	2011	2012
132	141	140	142

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

Como podemos verificar a partir do quadro acima apresentado houve uma evolução positiva em termos de oferta de creches nos últimos quatro anos no distrito de Coimbra, com dez equipamentos que abriram nos últimos quatro anos, mas é de destacar que o maior aumento se registou do ano de 2009 para 2010, quando a crise ainda não se fazia sentir de uma maneira tão extrema. Do ano de 2010 para 2011 houve uma ligeira redução do número de equipamentos. Em 2012, há novamente uma ligeira subida.

Tabela 3 - N° de lares de idosos do distrito de Coimbra por ano (2009 a 2012)

2009	2010	2011	2012
113	114	116	116

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

No caso dos lares de idosos houve um ligeiro aumento do número destes equipamentos no distrito de Coimbra, mas não tão grande como o aumento do número de creches. Este aumento fez-se principalmente sentir no ano de 2011 e 2012. O aumento foi muito pequeno sendo apenas de três equipamentos em todo o distrito, embora tal como nós sabemos o número de idosos no distrito de Coimbra e no resto do país apresenta índices muito elevados e com tendência a aumentar, devido à baixa natalidade e à crescente emigração no nosso país que afeta de maneira mais severa os grupos mais jovens da sociedade.

4.3. Análise Estatística das Frequências das IPSS (Procura)

Nesta análise optei por observar apenas dois tipos de resposta social, por me ser impossível analisá-las a todas. Assim escolhi analisar as creches e os lares de forma a ter uma resposta social representativa de cada grupo etário, para saber onde é que as frequências sofreram maiores alterações com a crise económica.

Para realizar esta análise e chegar a estes dados que conseguem passar de forma mais sucinta a evolução que se tem vindo a sentir nas frequências das IPSS, nos últimos quatro anos optei por escolher em todos os anos da minha análise o mesmo mês. O mês escolhido foi o que tinha dados mais díspares de forma a verificar-se quais são as tendências das frequências nestes últimos quatro anos, isto é se há uma diminuição, um aumento ou uma estagnação. Posteriormente, coloquei os resultados em bruto numa tabela e transformei os mesmos em índices para que as tendências fossem de mais fácil leitura.

Ao analisar a tabela que se encontra no Anexo I, referente aos dados das frequências das creches chegamos à conclusão que estas registaram um aumento de forma geral, principalmente do ano de 2009 para 2010, com um aumento de 19%, este aumento continua a registar-se no ano de 2011, mas de uma forma menos exponencial, com um aumento de 1% em relação a 2011. No ano de 2012, esta tendência inverte-se, uma vez que há uma diminuição de 3 % em relação ao ano transato.

Comparando o ano de 2009 (ano de início da análise) e o ano de 2012 (ano do fim da análise), verifica-se uma estagnação do número de crianças em 39% dos casos, uma diminuição em 33% dos casos e um aumento em 28% dos casos. Assim, através destes dados é bastante difícil tirar uma conclusão sobre as tendências, uma vez que não há

grande diferença entre as percentagens na evolução do comportamento do número de clientes, ou seja os resultados estão muito espartilhados, mas mesmo assim podemos concluir que na maioria das instituições não houve variação do número de utentes de uma forma geral. Mas é de destacar que havendo uma variação, esta apresenta-nos uma tendência de diminuição e não de subida, ao contrário do que acontece de forma geral, algo que é difícil de explicar.

Em casos onde existe uma situação de diminuição do número de crianças, esta ronda os 24% e onde se regista um aumento este ronda os 26%, o que pode explicar o facto de, no geral, haver uma tendência de aumento superior ao de diminuição, uma vez que quando esta existe tem uma maior diferença em relação ao ano anterior, situação que não se verifica na maioria dos casos, uma vez que como podemos verificar a percentagem de aumento é ligeiramente superior à de diminuição.

Em 18% dos casos verificamos que ao analisar todos os anos que comportam a minha análise e não comparando apenas o ano de 2009 e 2012, o ano de início e fim da análise respetivamente, verificamos que nos anos de 2010 e 2011 há tendências contrárias, ao que se vê através desta análise mais simplistas. Assim, podemos verificar que na maioria destes casos, a tendência nos anos de 2010 e 2011 é de descida do número de crianças na creche, representando cerca de 71% dos casos, enquanto que as frequências que aumentaram nestes anos representam somente 29 % dos casos. Esta descida é mais acentuada, principalmente no ano de 2010.

Assim, podemos concluir que no caso das frequências da creche na maioria dos casos não houve variação, mas fixando-nos apenas nos casos em que houve variação chegamos à conclusão que na maioria dos equipamentos a tendência que se verifica no número de crianças é de descida e como podemos verificar esta é bastante acentuada, o que se pode explicar por vários fatores, desde logo à cabeça a diminuição da taxa de natalidade e a própria crise económica que colocou vários pais numa situação de desemprego e que por consequência deixam de precisar dos serviços destas instituições, uma vez que ficam com tempo livre para ficar com os seus filhos em casa. Outra das explicações é o facto de o número de crianças no distrito de Coimbra, como já vimos anteriormente ser muito reduzido. Mas, estas conclusões não são fáceis de tirar uma vez que há tendências opostas tanto de subida como descida, que estão separadas por poucos pontos percentuais.

A minha análise baseia-se numa comparação dos números das frequências dos anos de 2009 e 2012, tal como podemos ver na tabela que se encontra no Anexo II correspondentes respetivamente ao primeiro e último ano examinados.

Ao contrário das creches, os lares têm uma forma de evolução mais linear, uma vez que mantêm sempre uma tendência de aumento do número de utentes, havendo um crescimento de 14% do ano de 2009 para 2012. O ano em que se registou uma maior subida foi o de 2010, onde se registou um aumento de 8% em relação ao ano transato. No ano de 2011 registou-se um aumento de 5% em relação ao ano transato. No ano de 2012 foi onde houve um aumento mais pequeno, começando assim a haver uma estagnação do número de utentes nestas instituições. Regista-se, assim, uma ligeira diminuição da procura por estas instituições.

Apenas 19% das instituições registam uma subida, seguindo assim a tendência geral, assim esta percentagem é superior à do número de instituições que registaram uma diminuição do número de clientes (10%). Maior parte das instituições regista uma estagnação do número de clientes, rondando assim uma percentagem de 71%. Podemos, assim, concluir que durante estes quatro anos os lares não registaram grande alteração do número de utentes. Começa a registar-se um novo fenómeno com 10% de lares a registarem redução do número de clientes algo que anteriormente não acontecia, uma vez que nem sequer havia vagas e as listas de espera eram enormes, esta realmente é uma situação nova, pela primeira vez há uma redução do número de utentes em alguns lares.

Nos lares onde houve uma redução do número de clientes, esta foi em média de 9%, já nos lares onde houve um aumento este foi bastante superior, sendo de 19%, o que pode explicar o facto de no geral ter havido um aumento exponencial do número de utentes nestas estruturas residenciais para idosos. Por isso, este aumento tem que ser observado friamente, porque se formos analisar caso a caso esta realidade altera-se bastante, uma vez que como podemos ver maior parte dos lares não registou nenhum aumento, nem nenhuma diminuição do número de utentes, mas sim uma estagnação.

Assim analisando todos os anos da minha análise chego à conclusão que os anos de 2010 e 2011, nem sempre seguem as tendências que se registam nas comparações entre o ano de 2009 e 2012, assim em 12% dos casos estas tendências gerais não se

verificam todos os anos de forma linear. Podemos verificar que em 90% dos casos atrás referenciados, estes anos registam uma descida, não seguindo assim, o padrão de estagnação que apurámos na maioria dos casos. Já em 10% dos casos nestes anos há uma subida do número de utentes.

Mas se tivéssemos que concluir por alguma tendência de variação do número de utentes nas estruturas residenciais para idosos, concluíamos que há uma maior tendência a um aumento do número de idosos neste tipo de instituições, com um aumento médio de 19% entre o ano de 2009 e 2012.

Tabela 4 - Utentes não abrangidos pelo o acordo em Creche no Distrito de Coimbra (2009 a 2012)

Creches	2009	2010	2011	2012
Instituição 1	100	550	1000	400
Instituição 2	100	0	0	0
Instituição 3	100	100	100	40
Instituição 4	100	75	38	25
Instituição 5	100	100	0	0
Instituição 6	100	100	0	0
Instituição 7	100	0	0	0
Instituição 8	100	0	0	0
Instituição 9	100	0	0	0
Instituição 10	100	20	140	180
Instituição 11	100	20	80	200
Instituição 12	100	125	100	75
Instituição 13	100	86	114	114
Instituição 14	100	275	150	75
Instituição 15	100	0	0	150
Instituição 16	100	14	0	21

Instituição 17	100	100	150	100
Instituição 18	100	57	86	43
Instituição 19	100	150	150	2150
Instituição 20	100	110	110	110
Instituição 21	100	93	86	93
Instituição 22	100	54	54	50
Instituição 23	100	100	50	50
Instituição 24	100	100	81	75
Instituição 25	100	100	20	0
Instituição 26	100	0	0	0
Instituição 27	100	0	0	0
Instituição 28	100	0	0	0
Instituição 29	100	0	0	0
Instituição 30	100	0	0	0
Instituição 31	100	27	136	27
Instituição 32	100	133	167	233
Instituição 33	100	100	150	250
Instituição 34	100	23	0	0
Instituição 35	100	200	200	300
Instituição 36	100	67	20	0
Instituição 37	100	250	200	100
Instituição 38	100	100	33	0
Instituição 39	100	100	17	133
Instituição 40	100	100	100	67
Instituição 41	100	86	29	0

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Ao contrário do que acontece com os utentes abrangidos pelo acordo, neste caso é mais fácil a partir da análise dos dados tirar uma conclusão sobre o comportamento dos utentes que não são abrangidos pelo o acordo, ou seja aqueles que não tem qualquer participação por parte da segurança social. Deste modo chegamos à conclusão que na maioria dos casos houve uma diminuição do número de utentes que não tem participação por parte da segurança social, representando 53% dos casos. Em alguns casos também houve um aumento do número de inscritos (43% dos casos), em apenas 5% dos casos houve uma estagnação do número de inscritos. No que diz respeito à diminuição do número de utentes não abrangidos pelo acordo, esta ronda em média os 68%. Enquanto que nos casos em que houve aumento, este é exponencial situando-se nos 718% de aumento. Sendo muito superior aos casos onde há diminuição. Em quase todas as IPSS a tendência de subida ou de descida mantém-se em todos os anos da minha análise, havendo apenas 10% de casos em que o comportamento das frequências no ano de 2010 e 2011, não segue o mesmo comportamento que existe comparando o ano de 2009 (início da análise) e 2012 (ano do fim de análise). Assim, podemos verificar que há diferenças nos utentes abrangidos pelo o acordo, uma vez que há uma maior variação do número de inscritos, havendo um pequeno número de IPSS onde existe uma estagnação, algo que era diferente dos casos anteriores, há, desta maneira, uma diminuição do número de inscritos mais acentuada que nos casos anteriores.

Tabela 5 - Utentes não abrangidos pelo o acordo em Lar no Distrito de Coimbra (2009 a 2012)

Lares	2009	2010	2011	2012
Instituição 1	100	0	0	0
Instituição 2	100	100	78	56
Instituição 3	100	100	94	84
Instituição 4	100	80	80	0
Instituição 5	100	100	100	96
Instituição 6	100	100	0	314
Instituição 7	100	100	0	110

Instituição 8	100	64	56	56
Instituição 9	100	100	100	125
Instituição 10	100	200	200	200
Instituição 11	100	138	0	100
Instituição 12	100	100	100	100
Instituição 13	100	20	60	80
Instituição 14	100	0	0	0
Instituição 15	100	117	100	100
Instituição 16	100	47	0	13
Instituição 17	100	100	200	200
Instituição 18	100	100	100	100
Instituição 19	100	94	88	81
Instituição 20	100	100	0	91
Instituição 21	100	100	0	40
Instituição 22	100	100	75	8
Instituição 23	100	100	0	0
Instituição 24	100	100	0	0
Instituição 25	100	100	0	0
Instituição 26	100	100	100	100
Instituição 27	100	29	0	0
Instituição 28	100	0	0	0
Instituição 29	100	100	82	76
Instituição 30	100	75	0	200
Instituição 31	100	100	100	86
Instituição 32	100	100	100	0
Instituição 33	100	0	0	0

Instituição 34	100	94	0	83
Instituição 35	100	100	100	0

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

No que diz respeito aos lares, o comportamento não é muito diferente dos das creches, uma vez que na maioria dos casos há uma diminuição do número de utentes que não estão abrangidos pelo acordo, representando 57% dos casos, enquanto que o número de casos de IPSS que registaram um aumento é muito inferior, com apenas 29% dos casos, o número de casos em que houve uma estagnação é de 14%. Há uma grande diferença entre o comportamento dos utentes não abrangidos e abrangidos pelo acordo nos lares, nos primeiros como podemos ver registou-se uma grande diminuição e no segundo caso até se registou um considerável aumento. Quando existe um aumento este é de 275,8%, quando há uma diminuição esta é de cerca de 58%.

4.4. Análise dos dados dos Inquéritos

Este inquérito foi realizado a todas as IPSS do distrito de Coimbra, entre os dias 28 de Fevereiro e 15 de Março. Pedi aos técnicos que acompanham cada uma das instituições se poderiam enviar por correio eletrónico o inquérito para que estes tivessem uma maior adesão em termos de resposta, mas não foi fácil, uma vez que neste período apenas quarenta instituições responderam. Posteriormente, houve uma nova insistência por parte dos técnicos para que houvesse uma maior adesão invocando a sua importância no meu estudo e para as próprias instituições. Nesta segunda insistência aderiram apenas mais dezasseis instituições. Consegui, assim que cinquenta e seis instituições me respondessem, o que indica que a amostra me permite apenas a realização de um estudo exploratório. Denotei, assim uma grande resistência por parte dos técnicos em responderem ao inquérito. O questionário procurava obter a explicação para as variações na procura das instituições ao longo dos 4 anos. Achei que as pessoas que sabiam melhor as razões que levaram à saída ou entrada de utentes seriam os técnicos que trabalham diariamente no terreno e conhecem bem esta realidade. Sendo esta uma forma de dar voz a quem poderia explicar as variações registadas optei, assim, por deixar estas perguntas em aberto para que os técnicos respondessem livremente. Outro dos objetivos deste inquérito é tentar perceber quais

são as estratégias que as instituições estão a aplicar de forma a fazer face a esta nova realidade que estão a enfrentar devido à crise.

O inquérito tem uma primeira parte onde se pede uma caracterização dos inquiridos, e uma segunda parte para conhecer melhor a instituição que está ser alvo do inquérito (quais as suas respostas sociais) uma terceira parte em que as perguntas são direcionadas a um assunto mais específico, o tipo de comportamento que as frequências das IPSS têm assumido nestes últimos anos relacionada com a crise e as medidas de austeridade que têm afetado o país e quais os motivos que originaram as mesmas. Num último grupo tenta-se perceber quais as estratégias que estão a ser adoptadas para fazer face a esta nova realidade e a todas as mudanças que esta acarreta.

Tabela 6 – N° de inquiridos por sexo

Sexo	Masculino	Feminino	Total
N° de Inquiridos	3	53	56
Percentagem (%)	5%	95%	100%

A partir da tabela acima representada, que nos indica o sexo da pessoa inquirida, chegamos à conclusão que 95% dos técnicos inquiridos são do sexo feminino e apenas uma pequena percentagem é do sexo masculino (5%). Isto pode explicar-se pelo facto de a maioria das pessoas inquiridas trabalharem na área do social ou na área da educação para crianças mais novas (educadoras de infância) e estas profissões serem na maioria ocupadas por mulheres. Logo a probabilidade de serem pessoas do sexo feminino a serem inquiridas é muito maior.

Tabela 7 – Idade dos Inquiridos

Idade dos inquiridos	Percentagem
25-29 Anos	8%
30-34 Anos	13%
35-39 Anos	27%
40-44 Anos	25%

45-49 Anos	10%
50-54 Anos	12%
55-59 Anos	4%
60-64 Anos	0%
65-69 Anos	0%
70-74 Anos	0%
75-79 Anos	2%
Média	41

No que diz respeito à idade dos inquiridos, a média ronda os 41 anos, maior parte destes encontram-se no grupo dos 35 aos 39 anos e dos 40 aos 44 anos. É de salientar que quatro pessoas não responderam a esta pergunta do inquérito, o que faz com que esta média possa ser enviesada, uma vez que não sabemos a idade de cinco inquiridos.

Tabela 8 - Grau de Instrução dos inquiridos

Grau de instrução	Nº de inquiridos	Percentagem
12º Ano (ou 7º ano do antigo liceu)	1	2%
Bacharelato ou frequência do ensino superior	3	5%
Completo um curso superior	49	88%
N/S	3	5%

Quanto ao grau de instrução (mais alto que completou), a grande maioria dos inquiridos completou um curso superior (88%), seguida de 5% dos inquiridos que afirmaram ter um bacharelato ou somente a frequência do ensino superior, enquanto que 5% dos inquiridos responderam N/S o seu nível de instrução, havendo ainda 2% dos inquiridos que completaram somente o 12º ano de escolaridade. Podemos, assim, verificar que na maioria dos casos os inquiridos têm uma licenciatura o que se explica pelo facto de quem respondeu ao inquérito ter sido a pessoa responsável pela

instituição que na sua grande maioria tem um curso na área do social. Mas mesmo, assim, ainda houve pessoas que responderam ter um bacharelato ou a frequência do ensino superior, na sua grande maioria são educadoras de infância mais velhas que ainda não tinham que ter obrigatoriamente a licenciatura.

Tabela 9 - Função desempenhada pelos os inquiridos no local de trabalho (IPSS)

Função desempenhada	Nº de Inquiridos	Percentagens
Assistente Social	47	84%
Educadora de Infância	5	9%
TOC	1	2%
Secretário-Geral	1	2%
Administrativa	1	2%
N/R	1	2%
Total	56	100%

Quanto à função desempenhada, a maioria dos inquiridos diz que são assistentes sociais (84%), logo seguidos pelas educadoras de infâncias (9%), com menor percentagem são os TOC, o Secretário-Geral e as administrativas, com 2% cada um. O facto da maioria dos inquiridos serem assistentes sociais e educadores de infância explica-se pelo o inquérito ter sido feito às IPSS e os responsáveis das mesmas serem formados nestas áreas.

Tabela 10 - Nível hierárquico que ocupa na instituição

Nível hierárquico na instituição	Nº de inquiridos	Percentagens
Diretor Técnico	30	54%
Diretor da Escola	1	2%
Vice-presidente	1	2%

Diretor de Departamento	3	5%
Nenhum	4	7%
N/R	17	30%
Total	56	100%

Quanto ao nível hierárquico na instituição, maior parte dos inquiridos são diretores técnicos (54%), seguidos da opção N/R (30%), havendo ainda 5% que afirmam serem diretores de departamento, um diretor de escola e um vice-presidente. Também 7% dos inquiridos não desempenham qualquer tipo de cargo na instituição. Como podemos ver quase todas estas pessoas têm cargos de chefia, o que pode ser explicado pelo facto de quem respondeu aos inquéritos ser o responsável pelas instituição ou por o departamento sobre o qual está a responder, havendo ainda um grande número de inquiridos que não respondem a esta questão, por não quererem ser facilmente identificados.

Tabela I I- Vínculo contratual que os une à instituição

Vínculo Contratual com a Instituição	Nº de Inquiridos	Percentagens
Contrato de trabalho efetivo	49	88%
Prestação de Serviço	2	4%
Situação Precária	0	0%
NS	3	5%
NR	2	4%
Total	56	100%

Quanto ao vínculo contratual com a instituição, a maior parte dos inquiridos (88%) apresenta como vínculo um contrato de trabalho, apenas 4% dos inquiridos está numa situação de prestação de serviços, ainda há 3 inquiridos que dizem não saber qual o vínculo que os une à instituição e 4% não responde a esta questão. O que pode explicar que a maioria dos inquiridos já tenham um contrato de trabalho é o facto de a

média de idades dos mesmos ser de 41 anos, podemos concluir que já devem estar na instituição há vários anos e por esse motivo têm uma situação menos precária e mais sólida. O facto de as pessoas inquiridas ocuparem na maioria dos casos um cargo de chefia também pode explicar a maior estabilidade adquirida em termos de vínculo contratual com a instituição.

Tabela 12 - Tipo de Resposta Social por IPSS

Tipo de Resposta Social que a Instituição tem	Nº de Inquiridos	Percentagens
Estrutura Residencial para Idosos	22	13%
Centro de Dia	37	21%
Centro de Noite	4	2%
Apoio Domiciliário	44	25%
Creche	27	16%
Pré-Escolar	22	13%
CATL	18	10%
NS	0	0%
NR	0	0%
Total	174	100%

Quanto a respostas sociais, nos 56 inquéritos realizados existiam 174 tipos de respostas sociais. As instituições inquiridas tinham todas as respostas sociais que eu tinha interesse em analisar. 25% dos inquiridos tinham a resposta social apoio domiciliário, seguida pela resposta social centro de dia com 21% dos casos, seguida da creche com 16%, do pré-escolar com 13%, seguida da estrutura residencial para idosos, com 13% das respostas, seguida do CATL, com 10% das instituições a terem esta resposta social e por último o centro de noite, com apenas 2% das respostas. Assim, consegui obter 61% de respostas sociais relativamente a repostas sociais relacionadas com os idosos (Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Centro de Noite e Apoio Domiciliário) e 39% de respostas sociais relacionadas com as

crianças (Creche, Pré-Escolar e CATL). Pode-se explicar que a percentagem de respostas seja maior nas respostas sociais que prestam apoio aos idosos, uma vez que estas são em maior número do que aquelas que dão apoio às crianças.

Tabela 13- Evolução das frequências em Estrutura Residencial para Idosos

Estrutura Residencial para Idosos	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	3	14%
Estagnação	13	59%
Diminuição	6	27%
Total	22	100%

De acordo com as respostas dos inquiridos relativamente à variação das frequências das Estruturas Residenciais para Idosos, nos últimos anos 59% dos inquiridos afirmou que não houve qualquer tipo de variação nas frequências. Enquanto que 27% dos inquiridos afirmam que houve uma diminuição do número de pessoas que frequentam os lares. 14% dos inquiridos afirmam que o número de utentes aumentou. Assim, sendo podemos concluir que na maioria dos casos não houve qualquer alteração no que diz respeito às frequências, mas havendo uma alteração a tendência é a uma diminuição do número de utentes.

Tabela 14- Evolução das frequências em Centro de Dia

Centro de Dia	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	6	16%
Estagnação	26	70%
Diminuição	5	14%
Total	37	100%

Relativamente à resposta social, centro de dia na maioria dos casos houve uma estagnação do número de clientes, tal como aconteceu na Estrutura Residencial para Idosos, com 70% das respostas dos inquiridos. 16% dos inquiridos afirmam que houve um aumento do número de utentes e 14% afirmou que houve uma diminuição. Assim, podemos concluir que na maioria dos casos houve uma estagnação do número de utentes no que diz respeito a esta resposta social. Mas se optássemos por verificar, havendo uma alteração do número de utentes que tipo de alteração seria, não era fácil chegar a uma conclusão, uma vez que as respostas se dividem, sendo separadas por 2 pontos percentuais, mas mesmo assim a tendência de aumento é a que obtém maior número de respostas. Assim, há uma maior tendência para um aumento do número de utentes.

Tabela 15 - Evolução das frequências em Centro de Noite

Centro de Noite	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	0	0%
Estagnação	4	100%
Diminuição	0	0%
Total	4	100%

Relativamente ao centro de noite não é muito fácil tirar uma conclusão sobre as tendências de evolução do número de utentes, uma vez que das instituições que inquiri apenas quatro tinham esta resposta social, mas dentro deste pequeno número de respostas podemos concluir que o número de clientes neste tipo de resposta estagnou, não havendo casos registados quer de aumento, quer de diminuição.

Tabela 16 - Evolução das frequências em Apoio Domiciliário

Apoio Domiciliário	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	7	16%
Estagnação	29	66%

Diminuição	8	18%
Total	44	100%

Tal como nos restantes casos podemos concluir que no apoio domiciliário, a estagnação foi a situação mais referida, com 66% de respostas. Seguido da diminuição com 18% dos casos e por último um aumento, com 16% das repostas. Assim, a estagnação foi o comportamento mais adotado pelas frequências desta resposta social. Mas tendo que tirar uma conclusão sobre uma alteração no comportamento das mesmas, esta não é fácil, porque há um grande grau de fragmentação das respostas, com a tendência de diminuição e aumento separadas apenas por uma diferença de 2 pontos percentuais, com um benefício em prol da primeira. Assim tendo que chegar a uma conclusão sobre a tendência de variação das frequências nos últimos quatro anos verificamos que esta é de diminuição do número de utentes.

Tabela 17 - Evolução das frequências em Creche

Creche	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	0	0%
Estagnação	15	56%
Diminuição	12	44%
Total	27	100%

Relativamente às tendências de evolução do número de crianças nas creches, chegamos à conclusão que na maioria dos casos há uma estagnação dos mesmos, mas é de destacar que o número de inquiridos que afirma ter havido uma diminuição é de 44%, um número muito elevado e que nos leva a tirar conclusões muito mais facilmente do que nos restantes casos, uma vez que a diferença no número de respostas é muito mais substancial. Não há qualquer inquirido que registre uma situação de aumento nesta resposta social. Logo, podemos concluir que na maioria dos casos houve uma estagnação, como nas restantes respostas já analisadas, mas tendo que optar por uma tendência de alteração das frequências facilmente chegamos à conclusão

que esta passa por uma diminuição, uma vez que em nenhum caso há um aumento do número de inscritos.

Tabela 18 - Evolução das frequências em Pré-Escolar

Pré-Escolar	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	1	5%
Estagnação	12	55%
Diminuição	9	41%
Total	22	100%

No pré-escolar em 55% dos casos houve uma estagnação do número de pessoas inscritas nesta resposta, seguida de perto por uma tendência de diminuição, com 41% dos casos. A tendência de aumento registou apenas uma resposta, representando, assim 5% dos inquiridos. Desta maneira a conclusão a retirar é simples, tal como no caso da creche, uma vez que maioritariamente há uma estagnação, mas seguida de perto por uma diminuição do número de inscritos, mas com pouca diferença. Por isso podemos concluir que a diminuição é uma forte tendência no número de inscritos no Pré-escolar.

Tabela 19 -Evolução das Frequências em CATL

CATL	Nº de Inquiridos	Percentagem
Aumento	1	6%
Estagnação	11	61%
Diminuição	6	33%
Total	18	100%

No CATL, na maioria dos casos há uma estagnação no número de crianças inscritas. Logo seguido por uma diminuição, com 33% das respostas, com uma grande diferença

do número de pessoas que disseram haver um aumento (6%). Assim, podemos concluir que na maioria dos casos há uma estagnação do número de utentes, tal como acontece nas restantes respostas. Mas se tivéssemos que optar por uma tendência de alteração do número de clientes, não restam dúvidas que a diminuição é a nova tendência nesta resposta.

Tabela 20 - Respostas Sociais por idosos e crianças

Respostas Sociais	Aumento	Diminuição	Estagnação	Total
Idosos	15%	18%	67%	100%
Crianças	3%	40%	57%	100%

Em jeito de conclusão e avaliando os números de modo mais geral chegamos à conclusão que nas respostas sociais que dizem respeito aos idosos (Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Centro de Noite e Apoio Domiciliário), a diferença entre aumento e diminuição do número de clientes é muito reduzida, havendo apenas uma separação de 3%, o que torna mais difícil de se chegar a uma conclusão, mas mesmo assim a maior tendência vai para uma diminuição do número de utentes nas respostas sociais que dão apoio à população mais idosa, não podendo ser ignorado o número elevado de estagnações. Já no que diz respeito às respostas sociais que dão apoio às crianças as conclusões são mais fáceis de tirar, porque se nota uma tendência de diminuição (40% das respostas), com uma grande diferença do número de inquiridos que afirmaram haver aumentos, com resultados residuais. Assim, podemos concluir que em ambas as respostas sociais há uma diminuição do número de utentes e não um aumento, mas nas respostas sociais que dão apoio às crianças esta tendência é sem dúvida mais visível.

Relativamente à resposta de pergunta aberta “No caso de ter havido variação, indique as razões que na sua opinião, estiveram na sua origem para cada uma das respostas sociais”, podemos concluir a partir da análise das respostas, que na maioria dos casos houve uma diminuição do número de utentes nas IPSS inquiridas, mas ainda houve alguns casos em que se registou um aumento do número de utentes. Assim, as razões apontadas pelos técnicos das instituições que levaram a um aumento da procura,

principalmente no que diz respeito às respostas sociais que dão apoio aos idosos são as seguintes “incapacidade dos cuidadores”, com 44% das respostas, “aumento da situação de dependência dos idosos” e “emigração dos filhos dos idosos”, ambos com 22% de respostas e 11% dos inquiridos identificam como causas deste aumento “o gosto pelo trabalho que a sua instituição desenvolve”, “falta de suporte familiar” e “a saída para valências de menor custo”. Das causas que podemos relacionar de forma mais direta com a crise, a que obteve maior número de respostas é a que diz respeito à emigração dos filhos dos idosos, o que caracteriza o estado em que o país se encontra, uma vez que a emigração é uma realidade cada vez mais presente. Também temos que verificar que muitas vezes as pessoas já só recorrem aos cuidados das IPSS, quando os seus cuidadores não tem capacidade para tratar do idoso, ou quando há um grande grau de dependência, assim só em situações limites é que estas recorrem a este tipo de instituições.

No que diz respeito aos fatores que deram origem a uma diminuição do número de utentes nas IPSS estes são na sua grande maioria o desemprego de longa duração, seguido da permanência em casa de familiares, seguido da baixa natalidade, a redução dos rendimentos e a emigração dos pais das crianças também são hipóteses apontadas pelos inquiridos. O fator que foi apontado em seguida foi a saída de utentes para os estabelecimentos da rede pública. Outros dos fatores apontados pelos os inquiridos, mas os que obtiveram menor número de respostas são a redução dos rendimentos e dos apoios da segurança social e também a escassez de recursos dos idosos. Assim, podemos concluir que todos os fatores que são apontados pelos técnicos das instituições e que justificam uma diminuição do número de utentes estão diretamente relacionados com a crise, sendo os fatores mais apontados o desemprego de longa duração que faz com que os pais das crianças os retirem das creches de forma a que consigam poupar algum dinheiro que lhe pode fazer falta para outras despesas e ficam com os seus filhos em casa ou ainda ficarem em casa de outros familiares que também estejam numa situação de desemprego. Outro dos fatores que também foi apontado foi a baixa natalidade, uma vez que com a crise os casais cada vez têm menos filhos, uma vez que não têm poder de compra e uma grande parte dos meus inquéritos foram feitos no distrito de Coimbra, onde a população apresenta taxas de envelhecimento muito elevadas, logo há cada vez menos crianças. Outro dos fatores que também origina esta grande diminuição é a emigração, uma vez que as pessoas que emigram

estão em idade fértil e assim há menos crianças em locais rurais, isto traduz-se numa grande desertificação. Há cada vez uma maior redução dos recursos disponíveis, quer por parte dos idosos, quer por parte dos seus familiares, que se explicam pelos cortes que têm sido implementados nos ordenados e nas pensões, o que justifica a opção por soluções mais baratas ou a retirada dos familiares quer dos lares ou das creches.

No que diz respeito às estratégias adotadas pela instituição para fazer face à crise estas são muito distintas. Sendo uma das que foi mais adotada a que diz respeito à diversificação da oferta (36%), como forma de atrair novos tipos de utentes que tenham necessidade de uma prestação de serviços diferente da habitual, tal como nos diz esta inquirida “...Segundo criamos um conjunto de serviços para pessoas com mais de 55 anos, o qual se ocupa de responder a necessidades mais ocupacionais, hábitos saudáveis de vida, cultura e desporto. Passamos a ter preocupações na imagem e divulgação da instituição.”

As estratégias mais utilizadas em segundo lugar são o reforço da oferta atual “...continuámos a melhorar continuamente; alargámos o nosso raio de intervenção”; a redução de pessoal “Existe a probabilidade de dispensar pessoal auxiliar e educativo”; aumentar a divulgação/promoção dos serviços, em que o inquirido afirma que se tem apostado numa “Maior divulgação dos serviços da instituição junto de sócios, amigos e do poder local, por exemplo junta de freguesia.” Outras das estratégias que também foi utilizada são as parcerias/protocolos com outras instituições, onde se apostou em “Publicidade, articulação com parceiros, reorganização de serviços de acordo com as necessidades dos clientes...”. Outra das apostas por parte das instituições para atraírem mais utentes são a redução das participações familiares de forma a que não haja tantas desistências, uma vez que os recursos das famílias são cada vez mais escassos, seguindo esta linha de raciocínio um técnico afirmou “...reduzimos as participações familiares de modo a que as crianças não tivessem que abandonar a creche...”. As instituições procuraram diversificar as suas formas de financiamento, tendo como hipótese a angariação de fundos na própria comunidade, para que não fiquem asfixiadas financeiramente. Assim um responsável por uma instituição dá-nos um exemplo de campanhas que são feitas, “...campanhas de recolha e distribuição de géneros alimentares, roupa, brinquedos ao longo do ano...”. Outra das estratégias utilizadas passa por uma maior rentabilização dos meios existentes, uma vez que os

recursos são cada vez mais escassos, assim um inquirido afirma "...Maior rigor financeiro, maior rentabilização dos meios existentes...". Ainda nesta linha de raciocínio, podemos verificar que uma das apostas destas instituições têm sido no voluntariado, uma vez que há um crescente número de pessoas que tem tempo disponível para prestarem este apoio, estas são na maioria dos casos desempregados e as instituições têm menos recursos para contratar mão-de-obra especializada, o que origina muitas vezes quadros de pessoal insuficientes, tal como este inquirido afirma "Temos feito um bom serviço aos utentes também com ajuda de voluntários e beneficiários em situação de desemprego para assegurar os serviços." A captação de mais apoios também é outra das estratégias para estas fugirem a asfixia financeira a que estão sujeitas, entre estes apoios encontra-se um pedido de reforço de apoios por parte da segurança social, com um "Pedido de aumento de capacidades". Outra das estratégias para fazer face à crise passa por um retardar do processo de institucionalização dos idosos, para que estes sejam o mais independente possível até mais tarde. Um técnico afirma "...sensibilização para a contratualização do serviço a fim de melhorar a sua qualidade de vida e retardar processo de institucionalização".

4.5. Comparação entre os dados obtidos nos inquéritos e os dados da Base de Dados de Segurança Social

Comparando os dados obtidos pelo inquérito com os da base de dados da segurança social, podemos concluir que existem diferenças, uma vez que através dos dados do inquérito chegamos à conclusão que tendo que definir uma tendência de alteração nos valores da frequência dos lares, que tendencialmente há uma diminuição com 18% das respostas. Enquanto que se formos analisar as frequências obtidas através da Base de Dados da Segurança Social chegamos à conclusão que a tendência mais verificada é um aumento do número de inscritos nestas respostas, com 19% de casos. A estagnação é a única tendência que coincide, sendo a tendência que mais se regista, com 67% de respostas nos inquéritos e 71% de casos na base de dados.

Em relação aos dados que dizem respeito às respostas sociais das crianças, estes já coincidem, uma vez que se tivéssemos que definir alguma tendência de alteração das frequências na análise de ambos os dados chegávamos à conclusão que há uma diminuição do número de inscritos nestas instituições, mas este facto é mais expressivo nas respostas dadas pelos técnicos, com 40% das respostas. É a tendência

maioritária em ambos os casos é a estagnação, mas com pouca diferença em relação à diminuição.

Conclusão

O presente relatório refere-se a um estágio de quatro meses na segurança social. Este estágio permitiu-me ter um primeiro contacto com o mundo do trabalho e aplicar os conhecimentos que adquiri durante a licenciatura e o mestrado em Sociologia. Permitiu-me ter um conhecimento sobre a dinâmica de um serviço e quais as atividades que se desenvolvem no mesmo e os problemas com que estas equipas se defrontam diariamente, já que os recursos são cada vez mais escassos e as necessidades das IPSS são cada vez maiores e mais complexas para darem resposta às novas situações com que se deparam.

A partir dos dados que pude recolher durante o meu período de estágio pude chegar a várias conclusões sobre as variações no número de utentes nas IPSS, no que diz respeito aos utentes abrangidos e não abrangidos pelo o acordo. No primeiro caso, na maioria dos equipamentos tanto nas creches, como nos lares, estas não se alteraram. Quando há alteração dos valores no caso dos lares podemos considerar que houve um ligeiro aumento do número de inscritos nesta resposta social, nos últimos quatro anos. Enquanto que pelo contrário nas creches, houve uma diminuição do número de inscritos de uma maneira mais expressiva.

No que diz respeito aos utentes não abrangidos pelo o acordo esta realidade altera-se, uma vez que praticamente não há casos onde haja uma estagnação, tanto nas creches como nos lares há uma diminuição bastante acentuada do número de utentes em maior parte dos casos. Isto explica-se porque no caso dos últimos, estes não são participados pela segurança social, logo as mensalidades são mais altas e por isso a crise afetou de forma mais profunda os mesmos, com muitos a saírem destas respostas sociais ou a integrarem os utentes abrangidos pelo o acordo.

No que diz respeito aos inquiridos chegamos à conclusão que na maioria dos casos os dados dos inquiridos diferem dos da Segurança Social. A única coincidência é que maioritariamente há uma estagnação e os resultados são bastantes espartilhados, tal como na base de dados da segurança social, mas aqui tanto nas respostas sociais de apoio aos idosos, como nas que dão apoio às crianças há uma diminuição, sendo esta mais notória nas respostas sociais de apoio às crianças, com uma descida considerável do número de utentes. As principais causas apontadas pelos técnicos que trabalham

nestas instituições estão na maioria dos casos relacionadas com a crise. Para justificarem um aumento da procura das instituições, as causas são um aumento da situação de dependência dos idosos, emigração dos filhos dos idosos; incapacidade dos cuidadores e o gosto pelo trabalho da instituição e falta de suporte familiar. Podemos, assim verificar que mesmo em caso de aumento as justificações estão relacionadas com a crise. Para justificar a diminuição as razões apontadas foram: baixa natalidade; desemprego de longa duração; saída de utentes para valências de menor custo; permanência em casa de familiares desempregados; saída dos utentes das IPSS para a rede pública; redução dos rendimentos; redução dos apoios da segurança social; emigração dos pais e escassez de recursos

Pude denotar que as estratégias adotadas pela instituição para fazer face à crise, passam por uma maior independência face às participações que são dadas pelo o Estado e por uma maior rentabilização dos meios existentes, o aproveitamento de mão-de-obra voluntária, que com o crescente desemprego tem aumentado e houve um desenvolvimento do trabalho em parceria, algo que é muito positivo e que até agora as nossas IPSS não exploravam. As estratégias que estas adotaram para fazer face à crise não registaram grandes diferenças daquelas que estão presentes no estudo apresentado pela CNIS.

Em termos de oferta houve um aumento em termos de respostas sociais, quer nas creches, quer nos lares. Os equipamentos sociais, onde se registou um maior aumento foi nas creches, com um acréscimo de dez equipamentos em todo o distrito, enquanto que os lares sofreram um aumento de três equipamentos, nos últimos quatro anos. A oferta não acompanha a procura, uma vez que enquanto a procura diminuiu a oferta aumentou.

Podemos, assim, concluir que as variações que se verificam nas creches ou nas estruturas residenciais para idosos se devem a fatores relacionados com a crise, a partir das respostas que nos são dadas nos inquéritos.

Bibliografia:

- Capucha, L. (2005). Envelhecimento e Políticas Sociais: Novos Desafios aos Sistemas de Protecção - Protecção Contra o "Risco de Velhice": que Risco? *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 15, 337-347.
- Dias, I. (2005). *Envelhecimento e violência contra os idosos*. Sociologia, n.º 15, Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Fernandes, Ana Alexandre, (2001) “Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 39-52.
- Hespanha, P. et al. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.
- Hespanha, Pedro (2012), “A protecção social em risco. Impacto da crise nos serviços sociais públicos”. *Intervenção no seminário O Futuro da Protecção Social: CES*.
- INE (2012), “Rendimento e Condições de Vida – 2010”. Página consultada em 11 de julho de 2013, disponível em <www.ine.pt>.
- INE (2012), “Rendimento e Condições de Vida – 2011”. Página consultada em 11 de Julho de 2013, disponível em <www.ine.pt>.
- INE (2012), “Rendimento e Condições de Vida – 2012”. Página consultada em 11 de Julho de 2013, disponível em <www.ine.pt>.
- Legislação:
 - Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de Fevereiro
Decreto-lei nº83/2012, 30 de Março pela Portaria nº135/2012, 8 de Maio

Nova Lei Orgânica e Estatutos do ISS,IP.

- Lei nº4/2007, 16 de Janeiro
Lei de Bases da Segurança Social

- Deliberação nº132/2012, 18 de Setembro

- Martins, Cristina (2011), Plano de Ação do ISS, IP. Gabinete de Planeamento do ISS, IP.
- Martins, Licinio (2009), *As instituições particulares de solidariedade social*. Coimbra: Almedina.
- Martins, Rosa (2006), “Envelhecimento e Políticas Sociais”. *Millenium*, 32, 126-140.
- Mucha, Marta (2002), “(Des)construir a descentralização: descoincidência entre descentralização de competências e recursos em matéria de habitação e seus reflexos nos modos de vida”, *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Pereira, Potyara A. P. (2005), “Formação em serviço social, Política Social e o fenómeno do envelhecimento”. *Comunicação apresentada em mesa redonda no Seminário sobre educação superior e envelhecimento Populacional no Brasil*: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.
- Quaresma, M. (2008). Questões do envelhecimento nas sociedades contemporâneas. *Revista Kairós*, 11 (2), 21-47.
- Rizzini, I. (2004). Infância e Globalização. Análise das transformações económicas, políticas e sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº. 44, 11-26.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2003). “As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade” In M. J. Sarmiento e A B. Cerisara (org), *Crianças e Miúdos. Perspetivas Sócio-pedagógicas da Infância e Educação*. Porto. Asa.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2005), “Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância”. *Educação Social*, 91, 361-378.
- Sarmiento, Manuel Jacinto; Fernandes, Natália; Tomás, Catarina (2007), “Políticas Públicas e Participação Infantil”. *Educação, Sociedade e Cultura*, nº 25, 183-206.
- Sirota, Régine (2001), “Emergência de um sociologia da infância: Evolução do objeto e do olhar”. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 7-31.
- Site: Instituto da Segurança Social (2012). Página consultada em 5 de Novembro de 2012 < <http://www2.seg-social.pt/>
- Sousa, Sónia et al (2012), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*, IPI Consulting Network Portugal: Lisboa.

Anexos

Anexo I - Nº de utentes abrangidos pelo o acordo em creche no Distrito de Coimbra (2009 a 2012)

CRECHES	2009	2010	2011	2012
Instituição 1	100	121	121	121
Instituição 2	100	100	100	100
Instituição 3	100	69	81	106
Instituição 4	100	104	104	75
Instituição 5	100	100	100	100
Instituição 6	100	0	0	0
Instituição 7	100	100	100	80
Instituição 8	100	107	80	67
Instituição 9	100	100	100	104
Instituição 10	100	100	100	93
Instituição 11	100	114	89	83
Instituição 12	100	93	100	100
Instituição 13	100	0	0	0
Instituição 14	100	88	72	100
Instituição 15	100	96	173	169
Instituição 16	100	96	115	115
Instituição 17	100	0	0	0
Instituição 18	100	93	97	83
Instituição 19	100	143	143	143
Instituição 20	100	0	0	0
Instituição 21	100	93	73	60
Instituição 22	100	100	100	100

Instituição 23	100	100	50	63
Instituição 24	100	100	100	80
Instituição 25	100	78	69	66
Instituição 26	100	103	97	89
Instituição 27	100	100	100	100
Instituição 28	100	70	100	100
Instituição 29	100	100	100	100
Instituição 30	100	100	100	100
Instituição 31	100	112	136	140
Instituição 32	100	103	103	103
Instituição 33	100	100	100	100
Instituição 34	100	100	100	100
Instituição 35	100	102	84	79
Instituição 36	100	100	100	100
Instituição 37	100	100	100	100
Instituição 38	100	0	0	0
Instituição 39	100	100	90	100
Instituição 40	100	100	100	100
Instituição 41	100	100	100	100
Instituição 42	100	100	100	100
Instituição 43	100	0	0	0
Instituição 44	100	100	100	100
Instituição 45	100	120	140	120
Instituição 46	100	100	100	100

Instituição 47	100	100	100	100
Instituição 48	100	68	58	100
Instituição 49	100	63	42	58
Instituição 50	100	107	100	79
Instituição 51	100	125	115	75
Instituição 52	100	100	100	100
Instituição 53	100	80	95	70
Instituição 54	100	108	117	133
Instituição 55	100	100	100	100
Instituição 56	100	106	100	106
Instituição 57	100	100	77	69
Instituição 58	100	106	102	102
Instituição 59	100	90	100	100
Instituição 60	100	97	100	91
Instituição 61	100	112	104	112
Instituição 62	100	100	117	117
Instituição 63	100	100	95	95
Instituição 64	100	75	125	125
Instituição 65	100	105	105	111
Instituição 66	100	109	117	126
Instituição 67	100	0	0	0
Instituição 68	100	87	93	93
Instituição 69	100	0	0	0

Instituição 70	100	136	127	136
Instituição 71	100	108	120	112
Instituição 72	100	0	0	0
Instituição 73	100	100	100	100
Instituição 74	100	111	116	132
Instituição 75	100	0	0	0
Instituição 76	100	83	81	68
Instituição 77	100	107	87	90
Instituição 78	100	73	112	112
Instituição 79	100	100	100	100
Instituição 80	100	100	95	100
Instituição 81	100	79	95	100
Instituição 82	100	0	0	0
Instituição 83	100	85	68	82
Instituição 84	100	130	150	120
Instituição 85	100	112	112	100
Instituição 86	100	125	100	125
Instituição 87	100	267	275	275
Instituição 88	100	88	60	53
Instituição 89	100	88	104	79
Instituição 90	100	117	70	93
Instituição 91	100	87	70	70
Instituição 92	100	0	0	0
Instituição 93	100	104	111	107

Instituição 94	100	114	129	107
Instituição 95	100	100	100	100
Instituição 96	100	100	100	100
Instituição 97	100	100	100	100
Instituição 98	100	96	82	89
Instituição 99	100	100	100	100
Instituição 100	100	100	97	92
Instituição 101	100	100	100	100
Instituição 102	100	0	0	0
Instituição 103	100	100	100	100
Instituição 104	100	0	0	0
Instituição 105	100	100	98	88
Instituição 106	100	0	0	0
Instituição 107	100	98	81	53
Instituição 108	100	100	100	100
Instituição 109	100	100	108	108
Instituição 110	100	100	100	100
Instituição 111	100	0	0	0
Instituição 112	100	0	0	0
Instituição 113	100	100	100	92
Instituição 114	100	0	0	0
Instituição 115	100	100	0	0
Instituição 116	100	130	111	93
Instituição 117	100	0	0	0

Instituição 120	100	100	100	100
Instituição 121	100	100	100	100

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Anexo II - N° de utentes abrangidos pelo o acordo em Lares no Distrito de Coimbra (2009 a 2012)

Lares	2009	2010	2011	2012
Instituição 1	100	97	98	92
Instituição 2	100	113	113	113
Instituição 3	100	94	94	100
Instituição 4	100	100	100	100
Instituição 5	100	100	100	100
Instituição 6	100	100	100	100
Instituição 7	100	100	0	0
Instituição 8	100	100	125	125
Instituição 9	100	100	100	100
Instituição 10	100	100	100	100
Instituição 11	100	85	0	0
Instituição 12	100	100	100	100
Instituição 13	100	105	100	100
Instituição 14	100	0	0	0
Instituição 15	100	100	100	100
Instituição 16	100	100	100	100
Instituição 17	100	100	100	100
Instituição 18	100	100	100	100
Instituição 19	100	100	100	100
Instituição 20	100	100	100	97
Instituição 21	100	100	100	100
Instituição 22	100	100	100	100
Instituição 23	100	100	100	100

Instituição 24	100	100	100	100
Instituição 25	100	100	98	100
Instituição 26	100	0	0	0
Instituição 27	100	100	100	100
Instituição 28	100	0	0	0
Instituição 29	100	100	100	100
Instituição 30	100	100	100	100
Instituição 31	100	100	100	96
Instituição 32	100	116	116	116
Instituição 33	100	100	100	97
Instituição 34	100	100	100	100
Instituição 35	100	94	100	100
Instituição 36	100	100	100	100
Instituição 37	100	100	100	100
Instituição 38	100	100	100	100
Instituição 39	100	105	105	105
Instituição 40	100	100	95	95
Instituição 41	100	100	100	100
Instituição 42	100	100	100	100
Instituição 43	100	89	100	100
Instituição 44	100	0	0	0
Instituição 45	100	100	81	69
Instituição 46	100	100	100	98
Instituição 47	100	100	100	100
Instituição 48	100	100	100	100
Instituição 49	100	0	0	0

Instituição 50	100	100	100	100
Instituição 51	100	100	100	100
Instituição 52	100	100	100	100
Instituição 53	100	100	100	100
Instituição 54	100	100	100	108
Instituição 55	100	98	100	100
Instituição 56	100	0	0	0
Instituição 57	100	100	98	100
Instituição 58	100	153	153	153
Instituição 59	100	100	100	100
Instituição 60	100	100	100	100
Instituição 61	100	105	130	130
Instituição 62	100	0	0	0
Instituição 63	100	103	103	103
Instituição 64	100	100	100	100
Instituição 65	100	100	100	100
Instituição 66	100	100	100	100
Instituição 67	100	129	129	121
Instituição 68	100	100	100	100
Instituição 69	100	107	104	107
Instituição 70	100	100	100	100
Instituição 71	100	100	100	100
Instituição 72	100	100	100	100
Instituição 73	100	0	0	0
Instituição 74	100	100	100	100
Instituição 75	100	103	98	103

Instituição 76	100	100	106	108
Instituição 77	100	122	111	133
Instituição 78	100	0	0	0
Instituição 79	100	100	95	100
Instituição 80	100	100	100	100
Instituição 81	100	100	95	100
Instituição 82	100	102	102	102
Instituição 83	100	0	0	0
Total	100	108	113	114

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Anexo III - Análise de Conteúdo – Inquéritos

9. No caso de ter havido variação, indique as razões que, na sua opinião, estiveram na sua origem para cada uma das respostas sociais.

Tabela de Análise de Conteúdo

Categoria	Propriedades	Dimensões
Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none">○ Aumento da situação de dependência dos idosos○ Emigração dos filhos dos idosos○ Incapacidade dos cuidadores○ O gosto pelo trabalho da instituição○ Falta de suporte familiar
	Diminuição	<ul style="list-style-type: none">○ Baixa natalidade○ Desemprego de longa duração○ Saída de utentes para valências de menor custo○ Permanência em casa de familiares desempregados○ Saída dos utentes das IPSS para a rede

		<p>pública</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos rendimentos ○ Redução dos apoios da segurança social ○ Emigração dos pais ○ Escassez de recursos
--	--	---

Análise de Inquéritos

Inquéritos	Categoria	Propriedades	Dimensões
Inquérito 2	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da situação de dependência dos idosos ○ Incapacidade dos cuidadores <p>“Aumento da situação de dependência dos idosos e a indisponibilidade das famílias em lhe prestarem o apoio necessário”</p>
Inquérito 3	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ O gosto pelo trabalho na instituição <p>“A variação foi de 3 a 4 elementos não se</p>

			considera nenhuma razão em especial a não ser gostar do trabalho da instituição”
Inquérito 4	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ Incapacidade dos cuidadores <p>“Houve um aumento significativo do número de utentes visto algumas famílias não poderem prestar os serviços adequados a cada situação”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da situação de dependência dos idosos <p>“Neste tipo de resposta também tem havido alguma evolução visto que alguns utentes mais dependentes passam do centro de dia para SAD e também quando nos vêm solicitar apoio para a prestação de serviços o utente já está mesmo muito dependente de todos”</p>

Inquérito 5	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Emigração dos filhos dos idosos “Emigração dos filhos levou a que muitos idosos ingressassem na instituição” ○ Baixa natalidade “Falta de natalidade e conjectura atual”
Inquérito 6	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ Falta de suporte familiar “A variação do serviço deve-se ao aumento da procura do CATL, dado os horários de trabalho dos pais ser variável e não existindo suporte familiar a instituição acaba por ser uma resposta eficaz nesta realidade, até porque transporta as crianças ao domicilio facilitando as necessidades sentidas pelos encarregados de educação”
Inquérito 7	Efeito da crise nas frequências	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração “Com o aumento do

	das IPSS		<p>desemprego de longa duração, os familiares optam por tomar conta dos seus familiares. As pensões e reformas dos idosos passam a contribuir para a gestão familiar e em muitos casos para a sobrevivência da família”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Permanência em casa de familiares desempregados ○ Baixa natalidade <p>“Com o aumento do desemprego, os jovens e os menos jovens optam cada vez mais por não ter filhos o que contribui para a baixa da natalidade. Por outro lado, os pais e famílias que estão desempregadas optam por tomar conta dos seus filhos ou confiar a familiares...”</p>
Inquérito 8	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ Saída para valências de menor custo

		Diminuição	<p>“Passagem de idosos dos lares para outras valências de menor custo”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Permanência em casa de familiares desempregados <p>“Permanência das crianças em casa de familiares ou amas em que a mensalidade é menor”</p>
Inquérito II	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Redução dos rendimentos <p>“...muitas famílias ficaram desempregadas ou têm menos rendimentos devido ao aumento dos impostos...”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Baixa natalidade <p>“ A frequência em creche tem diminuído, porque cada vez há menos crianças na localidade onde a instituição está sediada, porque devido à crise económica, cada vez</p>

			mais os casais têm poucos ou nenhuns filhos...”
Inquérito I4	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Permanência em casa de familiares desempregados <p>“O aumento do desemprego deixou em casa filhos e ou outros familiares dos idosos que rentabilizaram o tempo e pouparam algum dinheiro tornando-se eles próprios os cuidadores prescindindo dos serviços da instituição”</p>
Inquérito I6	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Baixa natalidade ○ Desemprego de longa duração <p>“Nós notámos um decréscimo de crianças, não temos a nossa capacidade completa em termos de creche. Existem muitos casais sem filhos, outros só com um. Na maioria das vezes as crianças ficam com familiares e outras com os pais que</p>

			estão desempregados”
Inquérito 17	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego “Desemprego”
Inquérito 18	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego “Diminuição da procura e desistência de alguns utentes”
Inquérito 19	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Saída para a rede pública ○ Desemprego de longa duração “Na nossa opinião o decréscimo da procura no pré-escolar prende-se com o facto de ter havido um aumento de desemprego e o aparecimento de maior oferta na rede oficial”
Inquérito 20	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos rendimentos ○ Permanência em casa de familiares desempregados “Existe uma diminuição de clientes devido à grande redução dos rendimentos familiares, ao desemprego de

			elementos da família”
Inquérito 21	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da situação de dependência dos idosos <p>“O agravamento de situações de saúde de clientes em domicílio conduz ao internamento hospitalar...”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos rendimentos <p>“A conjuntura económica levou à redução de despesas dos agregados familiares, para equilibrar os orçamentos...”</p>
Inquérito 24	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos rendimentos ○ Desemprego de longa duração <p>“Diminuição dos rendimentos das famílias, o que origina a que os menores fiquem a cargo de familiares, bem como o aumento do desemprego, o que leva a que as crianças</p>

			ficarem em casa com a mãe/pai.”
Inquérito 26	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Aumento	<ul style="list-style-type: none"> ○ Emigração dos filhos dos idosos <p>“A atual conjuntura nacional e o desemprego da população ativa levou a que os mais novos emigrassem, deixando os pais ou avós em Portugal sozinhos, necessitando dos cuidados das IPSS”</p>
Inquérito 27	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração <p>“Desemprego fez com que crianças fossem retiradas da creche e ficassem com os progenitores”</p>
Inquérito 29	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Permanência em casa de familiares desempregados <p>“Situação de desemprego de familiares que podem cuidar dos idosos...”</p>
Inquérito 30	Efeito da crise nas frequências	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração

	das IPSS		<p>“...aumento do desemprego e a preferência dos utentes em ficarem no domicílio junto das famílias”</p> <p>“...aumento do desemprego, o que faz com que os familiares aproveitem os rendimentos dos idosos, sendo os mesmos a assegurar as necessidades básicas”</p>
Inquérito 33	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos apoios da Segurança Social ○ Redução dos rendimentos <p>“As famílias encontram-se a passar por dificuldades económicas e não podem pagar o internamento dos seus idosos no lar, antes pelo contrário são muitas vezes as pensões dos idosos que sustentam as famílias. Por outro lado a segurança social também não tem mais apoios para as</p>

			instituições, o que conduz a uma redução da procura.”
Inquérito 36	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução dos rendimentos <p>“As pessoas não podem pagar o internamento dos seus idosos em lares e usam os seus rendimentos para fazer face às despesas da casa”</p>
Inquérito 39	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Saída para a rede pública ○ Emigração dos pais <p>“Famíliares desempregados que ficam com as crianças em casa. Maior procura dos estabelecimentos da rede pública. Emigração (algumas crianças que já frequentavam a instituição saíram pelo facto das famílias terem decidido emigrar)”</p>
Inquérito 40	Efeito da crise	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de

	nas frequências das IPSS		<p>longa duração</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Emigração dos pais <p>“Atual situação económica nacional; situação de desemprego e emigração das famílias para outros países”</p>
Inquérito 42	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração <p>“O aumento do desemprego contribuiu fortemente para a diminuição da procura dos serviços das IPSS. Por um lado as famílias vão para o desemprego e passam a ter maior disponibilidade. As pensões dos idosos ajudam a ter um maior equilíbrio das finanças. As famílias cada vez mais evitam ter despesas fixas, como é o caso das mensalidades.”</p>
Inquérito 43	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Emigração dos pais <p>“Desemprego de um ou</p>

			de ambos os pais....Anulações pontuais de frequência por emigração decorrente do desemprego.”
Inquérito 45	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração <p>“Os idosos permanecem em casa dos filhos que se encontram desempregados”</p>
Inquérito 46	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Baixa natalidade ○ Permanência em casa de familiares desempregados <p>“A diminuição dever-se-á sobretudo ao fator desemprego por parte dos pais das crianças, optando assim por deixá-las ficar em casa; também a crise financeira que atravessa o nosso país tem contribuído para este decréscimo, pois muitos são os pais que</p>

			<p>deixam os seus filhos com os avós, ou parentes próximos para desta forma não terem que pagar creche. Por último mas também sendo um fator importante é a diminuição da natalidade que também se deve à crise”</p>
Inquérito 49	Efeito da crise nas frequências das IPSS	<p>Aumento</p> <p>Diminuição</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Incapacidade por parte dos cuidadores <p>“Os familiares não conseguem ajudar os mais idosos e necessitam de ajuda técnica...”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Permanência em casa de familiares <p>“O número de crianças em creche tem vindo a diminuir não só porque cada vez mais os pais optam por deixar as crianças com familiares...”</p>
Inquérito 51	Efeito da crise nas frequências	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Saída para

	das IPSS		<p>valências de menor custo</p> <p>“...desemprego e/ou dificuldades económicas dos descendentes, são fatores que influenciam a entrada de novos clientes para a resposta social. Assistimos, também a novos clientes com uma maior dependência, procurando a família no centro de dia a resposta de uma estrutura residencial para idosos tentando deste modo obter serviços similares a custos mais reduzidos”</p>
Inquérito 54	Efeito da crise nas frequências das IPSS	<p>Aumento</p> <p>Diminuição</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da situação de dependência dos idosos ○ Incapacidade dos cuidadores <p>“Deve-se ao acentuar da dependência dos idosos e da não disponibilidade dos seus cuidadores”</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Baixa natalidade

			<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração <p>“Devido à conjuntura económica e social atual, houve uma diminuição das inscrições, ...como causas associadas está o desemprego e a diminuição da natalidade”</p>
Inquérito 56	Efeito da crise nas frequências das IPSS	Diminuição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desemprego de longa duração ○ Escassez de recursos dos idosos <p>“...Desemprego de familiares (responsáveis pelo cliente), o que implica a saída dos idosos para casa dos familiares; escassez de recursos dos idosos”</p>

12. Diga-me por favor, em face destas mudanças que estratégia foi estabelecida para adequar as respostas da sua instituição a esta variação, para cada uma das respostas sociais?

Categorias	Propriedades	Dimensões
○ Estratégias	○ Medidas já	○ Reforço da oferta atual

<p>para fazer face à crise</p>	<p>tomadas para fazer face à crise</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Medidas a tomar 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Diversificação da oferta ○ Reforço do voluntariado ○ Parcerias/Protocolos com outras instituições ○ Encaminhamento para outras instituições ○ Captação de mais apoios ○ Redução de pessoal ○ Aumentar a divulgação/promoção dos serviços ○ Redução das participações familiares ○ Maior rentabilização dos meios existentes ○ Retardar o processo de institucionalização ○ Angariação de fundos
---------------------------------------	--	--

Inquérito	Categorias	Propriedades	Dimensões
Inquérito 4	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço do voluntariado <p>“Temos feito um bom serviço aos utentes também com ajuda de voluntários e beneficiários em situação de desemprego para assegurar os serviços.”</p>

Inquérito 5	Estratégias para fazer face à crise	Medidas a tomar para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Captação de mais apoios <p>“Pedido de aumento de capacidades”</p>
Inquérito 6	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Retardar o processo de institucionalização <p>“...sensibilização para a contratualização do serviço a fim de melhorar a sua qualidade de vida e retardar processo de institucionalização”</p>
Inquérito 7	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumentar a divulgação/promoção dos serviços ○ Parcerias/Protocolos com outras instituições ○ Diversificação da oferta ○ Reforço da oferta atual <p>“Publicidade, articulação com parceiros, reorganização de serviços de acordo com as necessidades dos clientes (horários, redução de participações familiares) e oferta de novos serviços.”</p>
Inquérito 14	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumentar a divulgação/promoção dos serviços <p>“Maior divulgação dos serviços da instituição junto de sócios, amigos e do poder local, por</p>

			exemplo junta de freguesia.”
Inquérito 16	Estratégias para fazer face à crise	Medidas a tomar para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de pessoal “Existe a probabilidade de dispensar pessoal auxiliar e educativo”
Inquérito 17	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da oferta atual “Não existe possibilidade de atrair mais clientes, ainda que a oferta seja mais atrativa...”
Inquérito 20	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumentar a divulgação/promoção dos serviços ○ Diversificação da oferta ○ Reforço da oferta atual “Aumentámos a divulgação/promoção das respostas sociais; diversificámos mais os serviços; continuámos a melhorar continuamente; alargámos o nosso raio de intervenção”
Inquérito 21	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de pessoal ○ Diversificação da oferta “Reestruturação de serviços em termos de pessoal e de tipologia de novos serviços prestados” “Afetação de pessoal a outras valências”
Inquérito 39	Estratégias para	Medidas já	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de pessoal

	fazer face à crise	tomadas para fazer face à crise	“...dispensar pessoal nomeadamente uma educadora”
Inquérito 40	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução das participações familiares <p>“...reduzimos as participações familiares de modo a que as crianças não tivessem que abandonar a creche...”</p>
Inquérito 43	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de pessoal ○ Maior rentabilização dos meios existentes ○ Redução das participações familiares ○ Diversificação da oferta ○ Angariação de fundos <p>“Adequação do quadro de pessoal existente, para permitir a viabilidade económica da Instituição. Maior rigor financeiro, maior rentabilização dos meios existentes. Maior atenção aos sinais que traduzam dificuldades dos agregados familiares dos utentes , sempre que necessário revisão das participações familiares e/ou encaminhamento e</p>

			articulação com outras respostas sociais. Atendimento alargado a famílias da comunidade...., campanhas de recolha e distribuição de géneros alimentares, roupa, brinquedos ao longo do ano”
Inquérito 49	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Parcerias/protocolos com outras instituições <p>“A instituição tem vindo a organizar alguns eventos em parceria com outras instituições de idosos no sentido de motivar os atuais clientes a motivar os novos”</p>
Inquérito 51	Estratégias para fazer face à crise	Medidas já tomadas para fazer face à crise	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da oferta atual ○ Diversificação da oferta ○ Aumentar a divulgação/promoção dos serviços <p>“A estratégia concentrou-se em dois eixos. Primeiro relativo aos atuais clientes. Aqui reforçamos o apoio prestado, ou seja para além da satisfação das necessidades básicas, implementamos um conjunto de atividades lúdicas mais apelativas...Segundo criamos um conjunto de serviços para pessoas com mais de 55 anos, o qual se ocupa de</p>

			responder a necessidades mais ocupacionais, hábitos saudáveis de vida, cultura e desporto. Passamos a ter preocupações na imagem e divulgação da instituição.”
--	--	--	--

FEUC - MESTRADO EM SOCIOLOGIA

INQUÉRITO: SOBRE O IMPACTO DA CRISE NAS RESPOSTAS/MEDIDAS DE POLÍTICA SOCIAIS GERIDAS PELA SEGURANÇA SOCIAL, NOMEADAMENTE NAS IPSS

Quest. N^o

Bom dia/Boa tarde. Sou estudante do mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e gostaria de pedir a sua colaboração num estudo que estou a realizar no âmbito do meu mestrado. Este estudo tem como objectivo recolher informação sobre o impacto da crise nas respostas/medidas de políticas sociais geridas pela segurança social, nomeadamente nas IPSS. Toda a informação que me prestar é confidencial e anónima, e nunca poderá ser identificada com a pessoa que a fornece. Agradeço muito a sua disponibilidade em colaborar comigo.

I – Caracterização sócio-demográfica do/a inquirido/a

Começo por lhe pedir que responda a algumas perguntas sobre si.

1. **Sexo:** Masculino₁ Feminino.....₂

2. **Idade:** _____ N/R-2

3. **Qual o seu grau de instrução? (o mais alto que completou)**

Não sabe ler nem escrever ₁
Sabe ler e escrever mas não completou o 1^o Ciclo do ensino básico (4^a classe) ₂
1^o Ciclo do ensino básico (4^o ano, 4^a classe) ₃
2^o Ciclo do ensino básico (6^o ano) ₄
3^o Ciclo do ensino básico (9^o ano ou 5^o ano antigo liceu) ₅
12^o ano (ou 7^o ano do antigo liceu)..... ₆
Bacharelato ou frequência do ensino superior ₇
Completou um curso superior ₈
NS..... -1
NR..... -2

4. **Que função desempenha:** _____ N/R -2

5. **Que nível hierárquico tem na instituição:** _____ N/R -2

6. **Qual o vínculo contratual com a instituição:**

Contrato de trabalho..... ₁

- Prestação de serviço..... 2
 Situação precária 3
 NS..... -1
 NR..... -2

II – Caracterização da instituição

7. Diga-me, quais as valências que a sua instituição tem?

- Estrutura Residencial para Idosos 1
 Centro de Dia 2
 Centro de Noite 3
 Apoio Domiciliário..... 4
 Creche 5
 Pré-Escolar..... 6
 CATL..... 7
 8
 Outras valências. Quais? _____
9
 NS..... -1
 NR..... -2

III – Perceção dos/as técnicos/as sobre o impacto da crise na procura dessas respostas/valências da instituição

8. Diga-me qual foi o impacto da crise em termos de frequência em cada uma das vossas valências? (Assinale na seguinte tabela com um X a variação de número de utentes que foi sentido em cada uma das valências)

Valências	Aumento	Estagnação	Diminuição
Estrutura Residencial Para Idosos			
Centro de Dia			
Centro de Noite			
Apoio Domiciliário			
Creche			
Pré-Escolar			
CATL			

(Nota: Se respondeu que não houve variação de frequência em nenhuma das valências, o seu inquérito termina aqui, obrigada pela sua colaboração)

9. No caso de ter havido variação, indique as razões que, na sua opinião, estiveram na sua origem para cada um das valências.

Estrutura Residencial para Idosos:

Centro de Dia:

Centro de Noite:

Apoio Domiciliário:

Creche:

Pré-Escolar:

CATL:

10. Diga-me, por favor, se a crise originou deslocação interna da procura entre as vossas valências?

Sim..... 1

Não 2

NS..... -1

NR..... -2

(Nota: Se respondeu que não, passe para a pergunta 12)

11. Se sim, onde é que houve um maior aumento da procura por parte de utentes que vinham de outras valências da vossa instituição?

- Estrutura Residencial para Idosos 1
- Centro de Dia 2
- Centro de Noite 3
- Apoio Domiciliário..... 4
- Creche 5
- Pré-escolar 4
- CATL..... 5
- Outra valência. Qual? _____ 11
- NS..... -1
- NR..... -2

12. Diga-me por favor, em face destas mudanças que estratégia foi estabelecida para adequar as respostas da sua instituição a esta variação, para cada uma das valências?

Estrutura Residencial para Idosos:

Centro de Dia:

Centro de Noite:

Apoio Domiciliário:

Creche:

Pré-Escolar:

CATL:

13. Deseja acrescentar alguma informação, comentário ou sugestão que entenda ser útil para os objetivos deste estudo?
